



PO Algarve 21

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE

- Objectivo: Convergência (phasing out)
- Decisão de aprovação: C (2007) 5067 de 10/10/2007
- Código CCI: 2007PT161 PO005

Relatório de Execução 2008

(Versão aprovada pela Comissão de
Acompanhamento e aceite pela CE em
12/08/2009)

Junho 2009

PO ALGARVE 21

Relatório de Execução - 2008

ÍNDICE

0. Sumário Executivo	3
1. Enquadramento do Programa Operacional	5
1.1. Apresentação do Programa	5
1.2. Sistema de Gestão, acompanhamento e controlo	8
1.2.1. Governação do Programa Operacional	8
1.2.2. Procedimentos Internos – descrição dos sistemas de gestão e controlo	12
1.2.3. Sistema de Informação	15
1.2.4. Sistema de gestão e acompanhamento	20
a) Comissão de Acompanhamento	20
b) Outras actividades de gestão e acompanhamento	22
1.2.5. Regulamentos Específicos	26
1.2.6. Sistema de Avaliação	28
2. Evolução do contexto sócio-económico, políticas nacionais e comunitárias e legislação relevante	30
2.1. Contexto Sócio - económico	30
2.2. Alterações de políticas públicas nacionais, sectoriais e regionais	40
2.3. Legislação relevante publicada	46
3. Análise do progresso do Programa Operacional	53
3.1. Execução Financeira do Programa Operacional	53
3.2. Execução Financeira por Eixos Prioritários	58
3.3. Fluxos Financeiros do Programa Operacional	65
3.4. Execução Física	66
3.5. Instrumentos de Engenharia Financeira	69
3.6. Ponto de Situação dos Grandes Projectos	72
3.7. Irregularidades – Reutilização de verbas	72
3.8. Durabilidade das operações	72
3.9. Assistência Técnica	73
3.10. Principais dificuldades encontradas na implementação do PO	74
4. Acções de divulgação, informação e publicidade	76
5. Compatibilidade com as políticas comunitárias	82
6. Conclusão e perspectivas de evolução para 2010	89

ÍNDICE DE QUADROS DO RELATÓRIO

Quadro I – Ficha de Programa.....	93
Quadro II – Processo de Selecção por Eixo Prioritário	94
Quadro III – Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário	96
Quadro IV – Projectos Aprovados por Eixo Prioritário (e área de intervenção).....	97
Quadro V – Aprovações e Execução por Tema Prioritário.....	101
Quadro VI – Repartição da Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento.....	102
Quadro VII – Repartição da Contribuição Comunitária por Tipo de Território.....	102
Quadro VIII – Repartição da Contribuição Comunitária por Dimensão Actividade Económica.....	103
Quadro IX – Resumo Implementação Financeira.....	104
Quadro X – Resumo Implementação Física.....	105
Quadro XI – Tramitação de concursos.....	110

PO ALGARVE 21

Relatório de Execução (2008)

0. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21 foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007. O Programa é constituído por 4 Eixos Prioritários de acordo com a estrutura aprovada.

O presente relatório anual de Execução do Programa é referente ao ano de 2008 e é elaborado nos termos do artigo 60º do Regulamento nº1083/2006, de 31 de Julho.

Durante ano 2008 foi dada continuidade à fase de implementação de procedimentos do Programa em paralelo com a finalização e aprovação do conjunto de Regulamentos Específicos que regem o QREN e que permitiram uma abertura de candidaturas diversificada em todos os Eixos do Programa.

Em Fevereiro de 2008 foi criada a estrutura de missão do Programa e respectivo secretariado técnico (RCM nº 25/2008). Em seguida, no decorrer do ano, foi dada continuidade à publicação de diplomas com vista à implementação do sistema de gestão, acompanhamento e controlo do Programa, nomeadamente no que respeita à definição do modelo de governação, normas de transição do QCA III para o QREN, estrutura de gestão, nomeação de secretários técnicos e coordenadores de unidade e orientações de transição da equipa técnica. Em Outubro de 2008 foi enviada à Comissão Europeia a “Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo” do Programa.

Foram aprovados 15 Regulamentos Específicos nacionais para as tipologias de operação com aplicação ao Algarve tendo a reunião da Comissão de Acompanhamento de Abril 2008 e duas Consultas Escritas posteriores, aprovado os respectivos critérios de selecção.

Concluída esta fase de implementação estavam criadas as condições para a abertura generalizada de concursos para apresentação de candidaturas.

No final do ano, tinham já sido abertos 40 concursos para 11 tipologias de operações que se materializaram na aprovação, a 31/12/2008, de 44 candidaturas envolvendo 9% das verbas do Programa.

A execução em 2008 foi ainda reduzida, tendo sido pagos, até ao final do ano, aos beneficiários, cerca de 170 mil de Euros entre reembolsos e adiantamentos.

Até final de 2008, tinham dado entrada na conta do Programa, cerca de 8,7 milhões de Euros oriundos da Comissão Europeia, respeitantes aos primeiros adiantamentos de verbas para a execução do Programa.

1. ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA OPERACIONAL

1.1 - Apresentação do Programa

O Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 – PO ALGARVE 21 enquadra, ao contrário do período de programação anterior, apenas actuações elegíveis ao FEDER, apresentando um âmbito naturalmente mais limitado que o da estratégia definida para a Região. As actividades a desenvolver foram assim estruturadas, tendo em consideração a complementaridade das abordagens específicas de carácter sectorial ou territorial, assumidas pelos diversos instrumentos e programas operacionais que incidirão no Algarve no período de programação 2007-2013.

Nestes termos, o âmbito restrito do Programa Operacional da Região do Algarve e os recursos financeiros escassos que lhe estão atribuídos, obrigaram a recentrar a estratégia definida, concentrando os apoios disponíveis em fileiras de actuação mais estreitas, de forma a garantir um impacte forte em factores cruciais para a competitividade da Região.

Assim, o Programa é constituído por 4 Eixos Prioritários estruturados através de Áreas de intervenção identificadas como as mais apropriadas para a concretização das prioridades estratégicas da região.

Eixo I - Competitividade, inovação e conhecimento

O reforço da competitividade empresarial passa necessariamente por uma aposta clara na inovação do tecido produtivo regional e na promoção de um empreendedorismo de oportunidade, sobretudo baseado no conhecimento.

O sector do turismo quer pelo valor regional que cria quer pelo volume de emprego que gera directa e indirectamente, é o sector no qual tem assentado e continuará a assentar a estratégia de modernização da economia regional. O sector induz em simultâneo dinâmicas inter-sectoriais com elevada importância económica, o que reforça o seu papel nuclear a nível regional. Pela sua relevância o turismo permanecerá o pilar do desenvolvimento preconizado para a região do Algarve. Há, no entanto, que redefinir a estratégia regional por forma a corrigir fraquezas identificadas ao nível da oferta na fase de diagnóstico.

O alargamento do cluster Turismo e Lazer a novas actividades, produtos e serviços, assume grande relevância e possibilita a apropriação de maior valor acrescentado pela Região e alcançando novos segmentos turísticos e origens. A consecução de um patamar de excelência neste cluster passa igualmente pela qualificação de algumas áreas turísticas degradadas da Região.

Objectivos específicos do Eixo:

- Incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade;
- Contribuir para consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer;
- Melhorar a envolvente para a inovação empresarial;
- Reduzir os custos de contexto.

Eixo II - Protecção e qualificação ambiental

O ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mesmo e, também, como um recurso de suporte às actividades económicas. A promoção da qualidade ambiental deve ser encarada como uma questão prioritária, quer na requalificação do litoral de ocupação turística mais intensa, quer na preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais em áreas de menor densidade urbanística.

Assumindo-se como uma Região com elevado potencial ambiental, com grande diversidade de ecossistemas, alguns dos quais de importância internacional, o Algarve procura conciliar o desenvolvimento da economia com a preservação do património natural, o que constitui, sem dúvida, um dos grandes desafios dos próximos tempos.

Este esforço de valorização e conservação dos valores naturais não deve ser encarado como um obstáculo ao desenvolvimento das actividades económicas, mas pelo contrário constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de actividades de valor acrescentado com elevado interesse socioeconómico, o que implica contemplar uma abordagem de múltiplas vertentes

Objectivos específicos do Eixo:

- Proteger, valorizar e promover o património natural;
- Estimular novas soluções e boas práticas ambientais.

Eixo III - Valorização territorial e desenvolvimento urbano

Um modelo de desenvolvimento cada vez mais dependente do conhecimento e da inovação pressupõe uma sólida base urbana e exige às cidades e territórios uma elevada qualificação das suas funções e um forte potencial de atracção de talentos e de actividades do futuro. Assim, os grandes desafios do desenvolvimento dependem, em grande medida, do modo como as cidades e territórios conseguirem constituir-se em espaços activos de competitividade, cidadania e qualidade de vida.

Nesse sentido, a prossecução da qualidade de vida urbana, a integração territorial, a revitalização social e urbanística e a competitividade regional, justificam acções com capacidade de regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos e inventar novas funções urbanas em áreas desvitalizadas ou em risco.

Complementarmente, a política de infra-estruturação, de dotação em equipamentos e serviços e de acções imateriais de visibilidade e diferenciação internacional, mostra-se determinante para a transformação ou consolidação das novas cidades/centros, entendidas como áreas funcionais e nós de redes de inovação e competitividade de âmbito regional.

A ligação de centros/pólos entre si e com o exterior por sistemas de acessibilidades e mobilidade surge como suporte à coesão territorial e à afirmação de uma rede urbana regional equilibrada. A perspectiva é consolidar a rede de acessibilidades intra e inter-regional, assegurando a articulação entre os pólos da rede urbana, reforçando as ligações intermodais e dando corpo à estruturação viária de suporte ao modelo territorial. Ao mesmo tempo, procura-se reforçar as acções no domínio da mobilidade sustentável.

Paralelamente à intervenção em centros da rede urbana, impõe-se a actuação em territórios de baixa densidade, assumindo um carácter emblemático e demonstrativo da capacidade de integrar sustentavelmente uma estratégia de desenvolvimento territorial e a preservação dos valores ambientais, patrimoniais e culturais (elementos de importância estratégica para a dinamização do tecido socioeconómico local e factores de diversificação e competitividade).

Objectivos específicos do Eixo:

- Reforçar a competitividade da rede urbana;
- Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades;
- Promover a coesão territorial.

Eixo IV - Assistência Técnica

Criar as condições para uma eficiente e eficaz implementação do Programa, tendo em vista atingir as metas fixadas.

Assegurar um conjunto de actividades indispensáveis à execução, acompanhamento, controlo e avaliação da intervenção operacional e à garantia da concretização dos objectivos propostos, nas melhores condições de eficácia, eficiência e respeito pelos normativos comunitários e nacionais aplicáveis.

Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções a levar a cabo no âmbito do Programa e dotar a sua estrutura de gestão das condições logísticas indispensáveis à boa execução dos diversos Eixos Prioritários e a um acompanhamento e controlo eficazes.

Objectivo específico do Eixo:

- Promover a eficácia e eficiência máxima na implementação do Programa.

Cada Eixo Prioritário tem uma programação financeira associada, que a seguir se apresenta:

PO Algarve (FEDER)	Financiamento Comunitário (Milhões €)
Eixos/ Áreas de intervenção	175
Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento – Apoio à competitividade e inovação das empresas – Incentivo ao reordenamento de actividades económicas – Melhoria da envolvente para a inovação empresarial – Valorização do Cluster Turismo e Lazer – Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da sociedade do conhecimento – Promoção institucional da região	90
Eixo 2 - Protecção e Qualificação Ambiental – Áreas Classificadas e Biodiversidade – Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos – Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética – Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – Ordenamento e valorização da orla costeira	18
Eixo 3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano – Parcerias para a Regeneração Urbana – Competitividade da Rede Urbana Regional – Acessibilidade e mobilidade para reforço do sistema urbano – Coesão territorial nas áreas de Baixa Densidade/Valorização Económica de Recursos Endógenos – Valorização do Guadiana e do Arade	61
Eixo 4 - Assistência Técnica	6

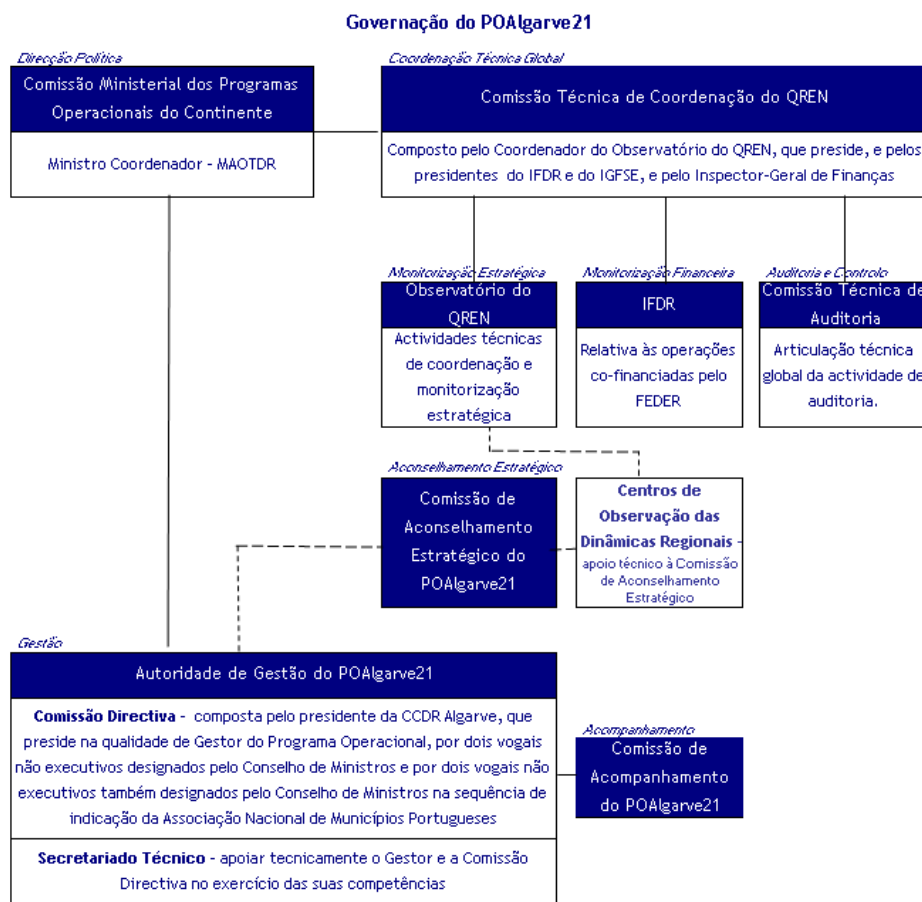
1.2 – Sistema de gestão, acompanhamento e controlo

1.2.1 – Governação do Programa Operacional

O modelo de governação do PO Algarve21 atende às orientações da Resolução do Conselho de Ministros de 25/2006, de 16 de Fevereiro, tendo sido instituído de acordo com o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e compreende quatro tipos de órgãos:

- **Órgão de Direcção Política** que corresponde a uma Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente.
- **Órgão de Aconselhamento Estratégico** que corresponde à Comissão de Aconselhamento Estratégico.
- **Órgão de Gestão** correspondente à Autoridade de Gestão, que é composta pelos seguintes órgãos: Comissão Directiva e Secretariado Técnico.
- **Órgão de Acompanhamento** que corresponde à Comissão de Acompanhamento do PO Algarve21.

O modelo de governação do PO Algarve21 é representado pelo organigrama seguinte:



Para além destes órgãos, a **Comissão Técnica de Coordenação** emite orientações técnicas que apoiam o exercício das funções da Autoridade de Gestão e o acompanhamento do QREN.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 3 de Outubro, posteriormente Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 113/2007, de 18 de Dezembro, foi criada a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções de Autoridade de Gestão do Programa Operacional e nomeados os quatro vogais não executivos da **Comissão Directiva** do Programa Operacional (presidida pelo presidente da CCDR Algarve, na qualidade de Gestor).

Por sua vez, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, foi aprovada a dimensão definitiva do **Secretariado Técnico** (máximo de 32 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores e assistentes técnicos).

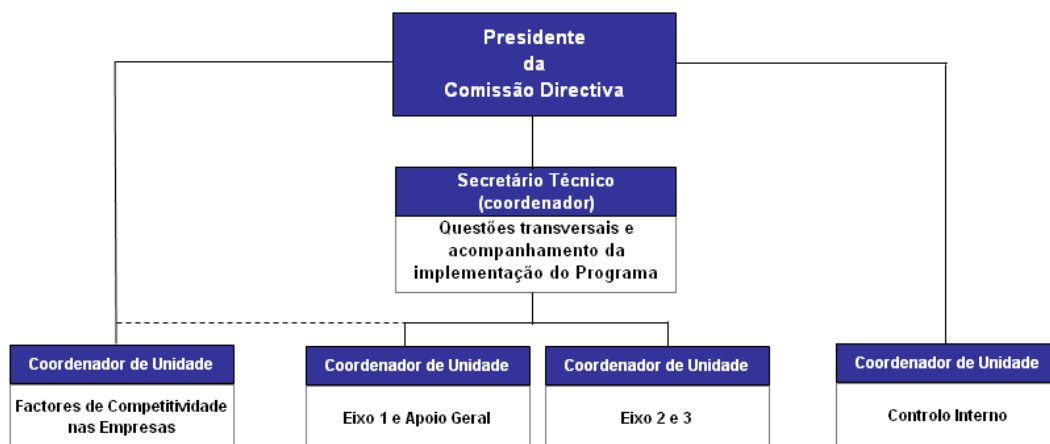
O Despacho n.º 18348/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, identifica os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 assume as responsabilidades inerentes ao Programa Operacional do Algarve do QCA III bem como a transição do pessoal ao serviço da estrutura de apoio técnico (QCA III) para o secretariado técnico do PO Algarve 21.

Pelo Despacho n.º 18349/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, foi nomeado o **Secretário Técnico** do PO Algarve 21, com funções de coordenação geral. Por despacho n.º 26194/2008 do Gestor do PO Algarve 21, aprovado na reunião da Comissão Directiva, de 31 de Julho de 2008, foram nomeados os **Coordenadores** das 4 Unidades Orgânicas do Secretariado Técnico, para as seguintes áreas do Programa Operacional:

- Factores de Competitividade nas Empresas
- Eixo 1 e Apoio Geral
- Eixo 2 e 3
- Controlo Interno

O Despacho n.º 26863/2008, de 23 de Outubro, aprovou a transição do pessoal do PROALGARVE (QCA III) para o PO Algarve21 (QREN), completando a configuração definitiva do Secretariado Técnico do Programa.

A estrutura organizacional da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 é a constante no organigrama seguinte:



Em conformidade com o texto da decisão de aprovação do PO Algarve21, foram previstas **delegações de competências** da Autoridade de Gestão, no âmbito de:

- Sistema de Incentivos às Empresas – QREN;
- Associações de municípios.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com base no enquadramento legal proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, e de acordo com os Regulamentos relativos dos Sistemas de Incentivos publicados através das Portarias n.º 1462/2007, 1463/2007 e 1464/2007, todas de 15 de Novembro (Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Sistema de Incentivos à Inovação), foram delegadas funções nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação.

O suporte formal utilizado para a referida delegação de competências foi a celebração de protocolos entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve21 e o IAPMEI, Turismo de Portugal, Agência de Inovação e AICEP.

Estes Protocolos, assinados em 24 de Junho de 2008, definem como funções delegadas as relativas à análise dos projectos, à contratação dos incentivos, ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projectos e à interlocução com os promotores.

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios (Sistemas de Incentivos):

- a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- b) Assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- c) Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- e) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- f) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- g) Verificar a elegibilidade das despesas;
- h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- i) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- j) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- k) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN, documento orientador que foi desenvolvido durante o ano de 2008.

No âmbito da delegação de competências Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação, não foi fixada uma subvenção financeira global, mas sim consensualizado um montante de pré-financiamento (€250.000 por cada Organismo Intermédio), reforçado casuisticamente em função das necessidades de transferência financeira destes Organismos Intermédios para os beneficiários finais.

Durante o ano de 2008 foi ainda desenvolvido o processo de negociação relativo à contratualização com a Associação de Municípios, abrangendo toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve21. Este processo não foi finalizado em 2008, mas no estado actual das negociações prevê-se que abranja cerca de 25 Milhões de Euros FEDER, relativo a várias tipologias de projectos previstas no Programa.

1.2.2 – Procedimentos internos – descrição dos sistemas de gestão e controlo

O Decreto Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional, confere às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 46º, as competências para propor regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

Os documentos mais relevantes que contém as orientações técnicas do Programa são os seguintes:

Documento	Resumo
Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo – PO Algarve 21	Descreve os sistemas de gestão e controlo criados para o PO Algarve 21 tendo como objectivo ajuizar da sua eficácia.
Manual de Procedimentos – PO Algarve 21	Define o conjunto de regras e procedimentos a observar pelos beneficiários do Programa, desde a instrução das candidaturas ao encerramento das operações, pautando a articulação entre estes e a Autoridade de Gestão.
Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN	Define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes na rede do sistema de incentivos às empresas do QREN.
Manuais dos Organismos Intermédios – Sistemas de Incentivos	Definem os procedimentos inerentes às funções de cada um dos Organismos Intermédios do Sistema de Incentivos.
Plano de Comunicação do PO Algarve 21	Define a estratégia de comunicação cujos principais objectivos são divulgar, promover, informar e valorizar o PO e a União Europeia.
Manual de Identidade PO Algarve 21	Define normas básicas de utilização da marca Algarve21 e QREN.
Guia de Informação e publicidade para Beneficiários	Define as obrigações de informação e publicidade dos Beneficiários.

No prazo de doze meses a contar da data de aprovação do PO Algarve21, foi apresentada à Comissão Europeia uma **descrição dos sistemas de gestão e controlo**, abrangendo designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos:

- Das autoridades de gestão e de certificação e dos organismos intermédios;
- Da autoridade de auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Esta descrição foi acompanhada de um relatório, elaborado pela autoridade de auditoria (Inspecção Geral de Finanças) do qual constaram os resultados da avaliação dos sistemas criados e que dava parecer quanto à sua conformidade. Em resultado do exame efectuado à descrição dos sistemas de gestão e controlo do PO Algarve21, a Inspecção Geral de Finanças concluiu que os sistemas estabelecidos respeitavam os requisitos aplicáveis, tendo emitido um parecer sem reservas.

O Relatório e Parecer emitidos pela Inspecção Geral de Finanças sobre a conformidade do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional Algarve21 foram transmitidos à Comissão Europeia a 10-10-2008, via SFC 2007.

Durante o ano 2008, foi elaborada uma primeira versão do **Manual de Procedimentos** do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (PO Algarve 21), com o objectivo de criar um conjunto de disposições/orientações de gestão e respectivos circuitos, organizados para utilização de todos os intervenientes no processo de análise de candidaturas, decisão de financiamento, acompanhamento, execução e encerramento das operações financiadas em todos os Eixos do Programa à excepção daqueles que se encontram abrangidos pelos regulamentos específicos do Sistema de Incentivos às Empresas – QREN.

Trata-se de documento de carácter normativo directamente subordinado aos Regulamentos Comunitários, ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão e aos Regulamentos Específicos, bem como à legislação nacional e comunitária aplicável, não dispensando o conhecimento e cumprimento do disposto naqueles documentos e diplomas.

O Manual de Procedimentos encontra-se estruturado na óptica do utilizador final (beneficiário), estando a informação organizada de acordo com o percurso expectável das operações, como se segue:

Secção A – Breve Caracterização do PO Algarve 21

Secção B – Instrução da Candidatura

Secção C – Decisão de Financiamento

Secção D – Execução e Acompanhamento

Secção E – Recuperações e Comunicação de Irregularidades

Secção F – Encerramento das Operações

Secção G – Legislação e Documentação Relevante

Trata-se de um documento dinâmico que deverá ser periodicamente alvo de revisão e actualização em função das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se vão introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Como parte integrante do Manual de Procedimentos do PO Algarve 21, foi elaborado o **Manual de Procedimentos - Sistemas de Incentivos QREN**, que pretende garantir a coerência de actuação dos Organismos Intermédios com as Autoridades de Gestão, no que respeita à definição de procedimentos e orientações a executar por cada interveniente da rede de sistema de incentivos visando o completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais e a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Este manual define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes **na rede do sistema de incentivos às empresas do QREN**. Aplica-se aos projectos candidatos ao Sistema de Incentivos do QREN, criados para dar cumprimento às atribuições em matéria de Factores de Competitividade - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização e integrados no Eixo 1 do PO Algarve 21, nos seguintes regulamentos específicos:

- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, que visa intensificar o esforço nacional de I&DT e criar novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação, que visa a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento;
- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, que visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

A elaboração do presente manual de procedimentos teve por base a proposta apresentada pelo grupo de trabalho, constituído para o efeito por elementos de várias Autoridades de Gestão, cujo trabalho decorreu a partir de Março 2008 até ao final do ano.

Na sua elaboração foram tidos em consideração os contributos e validações das Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores da Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais pelas Autoridades de Gestão e dos Organismos Intermédios intervenientes.

O “**Plano de Comunicação**”, o “**Manual de Identidade**” do PO Algarve 21 e o “**Guia de Informação e Publicidade**” a utilizar pelos beneficiários foram igualmente concluídos e aprovados em 2008.

1.2.3. Sistemas de Informação

Em Abril de 2007, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) expôs às equipas de gestão dos PO Regionais a filosofia de base para a criação/implementação dos Sistemas de Informação do QREN.

Encontrava-se em preparação na altura por parte do IFDR, o Caderno de Encargos para o lançamento do concurso para o Sistema de Informação para Gestão e Acompanhamento da Autoridade de Certificação (SIGA AC) e para o respectivo Sistema para a Autoridade de Gestão (SIGA AG) do PO Assistência Técnica.

Neste contexto, caberia às Autoridades de Gestão o desenvolvimento de sistemas próprios pressupondo-se no entanto como requisito a interoperabilidade e a transparência na concepção e implementação do SI QREN.

Considerando o interesse estratégico em tentar uniformizar conceitos, metodologias e até soluções finais para o Sistema a desenvolver, foi criado um Grupo de Trabalho Técnico (GT SIGA) com representantes dos PO regionais do Continente e Madeira, sob a coordenação da Região Norte.

Face à necessidade em avançar com o processo de candidaturas dentro de um curto espaço de tempo, uma das primeiras actividades levada a cabo pelo Grupo foi a de promover apresentações dos sistemas que já se encontravam em desenvolvimento de forma a colmatar o

período inicial, da implementação do Programa, através de uma eventual solução de contingência.

Após esta análise, optou-se por considerar o sistema em funcionamento na Madeira proveniente do QCA III, como uma boa base de trabalho.

Com o intuito de facilitar a comunicação entre os membros, foi criada uma plataforma colaborativa onde se tem vindo a colocar toda a informação respeitante aos temas chave do grupo de Trabalho.

Entre Abril e Setembro de 2007, o Grupo de Trabalho reuniu diversas vezes tendo articulado um modelo de formulário base de candidatura e uniformizado critérios como a composição do código de projecto ou as tabelas gerais de classificação das variáveis físicas e financeiras.

No final do ano, o PO Algarve desenvolveu em colaboração com o PO Alentejo uma aplicação de contingência para recepção de candidaturas, bem como o respectivo “Guião de apoio ao preenchimento” disponível no nosso site www.cedr-alg.pt.

Esta aplicação ficou disponível “on-line” a partir do início de 2008 ou seja foi utilizada para todos os avisos lançados, excepto para os sistemas de incentivos (Eixo 1).

Para os sistemas de Incentivos (Eixo 1) foi utilizado igualmente um formulário “on line” no âmbito do Sistema de Informação gerido pelo PO Factores de Competitividade, o qual é utilizado para a gestão dos Sistemas de Incentivos do QREN. Este sistema funciona com um “guichet único” para recepção de candidaturas e integra em rede as estruturas de Gestão do POFC e dos Programas Operacionais.

Em paralelo, foi assinado com a Região Autónoma da Madeira um protocolo de cedência gratuita da Aplicação em desenvolvimento para o respectivo Programa Operacional, tendo em vista a possibilidade de utilização deste sistema como base para a solução definitiva, no caso do Algarve.

No final do ano, o Programa dispunha de um sistema de contingência em desenvolvimento acompanhando as fases de evolução das candidaturas.

Prevê-se para 2009 a entrada em funcionamento do sistema de informação definitivo com a respectiva migração de dados a partir do sistema de contingência.

O POAlgarve 21 irá utilizar os seguintes sistemas de informação referenciados nos pontos seguintes:

- Sistema de Informação de Gestão e Controlo (AG)
- Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN (OI)
- Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SIGA – AC)

O principal objectivo do **Sistema de informação da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21** é o de providenciar o apoio às tarefas de Gestão esquematizando/organizando a informação segundo as instruções do IFDR, no que respeita a “Indicadores conjunturais de monitorização” e “Certificação de despesa”. Tomou-se em consideração o documento “Levantamento e uniformização das tabelas de domínio necessárias ao Sistema de Informação das Autoridades de Gestão”, do IFDR da USI SI QREN, de 16.05.2008, de modo a facilitar a migração da informação para o sistema definitivo e proceder ao envio de informação para o IFDR até à sua implementação.

Neste sentido, foram assegurados os seguintes princípios básicos:

1. Uniformização da informação com a estrutura de dados definida pelo IFDR;
2. Optimizar a exportação de dados para a solução definitiva;
3. Segurança e auditoria da informação;
4. Fiabilidade da informação;

O sistema foi idealizado para responder às necessidades da Gestão associadas às várias fases de uma candidatura desde a sua submissão até ao encerramento. A primeira fase incidiu nas funcionalidades e estrutura de dados de modo a poder garantir os princípios básicos atrás enumerados. As fases seguintes consistem em implementar mecanismos e funcionalidade que possam acompanhar o ciclo de uma candidatura, de acordo com o manual de procedimentos do PO ALGARVE 21.

O **Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN (OI)** funciona em rede integrando as estruturas de gestão do POFC e dos Programas Regionais. A Autoridade de Gestão do PO Algarve21 comunica com o Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos através de uma VPN-IP. O acesso é feito através de um login e password, sendo que este acesso lhe permite um acompanhamento de todas as fases do ciclo de vida dos projectos.

O SiQREN – Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN tem por objectivo assegurar o registo e armazenamento informatizado de dados contabilísticos de cada operação e a recolha de dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento,

as verificações, as auditorias e a avaliação, tal como previsto na alínea c) do art.º 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083, e inclui a totalidade das informações constantes do anexo III ao Regulamento (CE) n.º 1828, de acordo com o seu art.º 14.º.

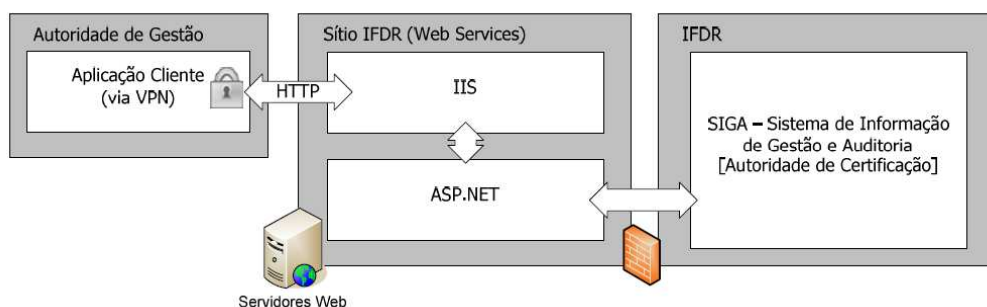
O **SiPOAlgarve** (parte do SiQREN relativa aos projectos do PO Algarve21) é composto por um conjunto de módulos e funcionalidades e encontra-se neste momento operacional.

O modelo de **Sistema de Gestão e Auditoria da Autoridade de Certificação FEDER/Fundo de Coesão (SIGA AC)** corresponde a um plano vertical do Sistema de Informação do QREN e pretende corresponder às funcionalidades de certificação, pagamento, controlo e auditoria.

O SIGA-AC cumpre as exigências quanto à comunicação com o sistema de informação da Comissão Europeia – SFC2007. Assim, sempre que possível, a informação circulante em SIGA-AC tem uma agregação ao nível do eixo prioritário do PO.

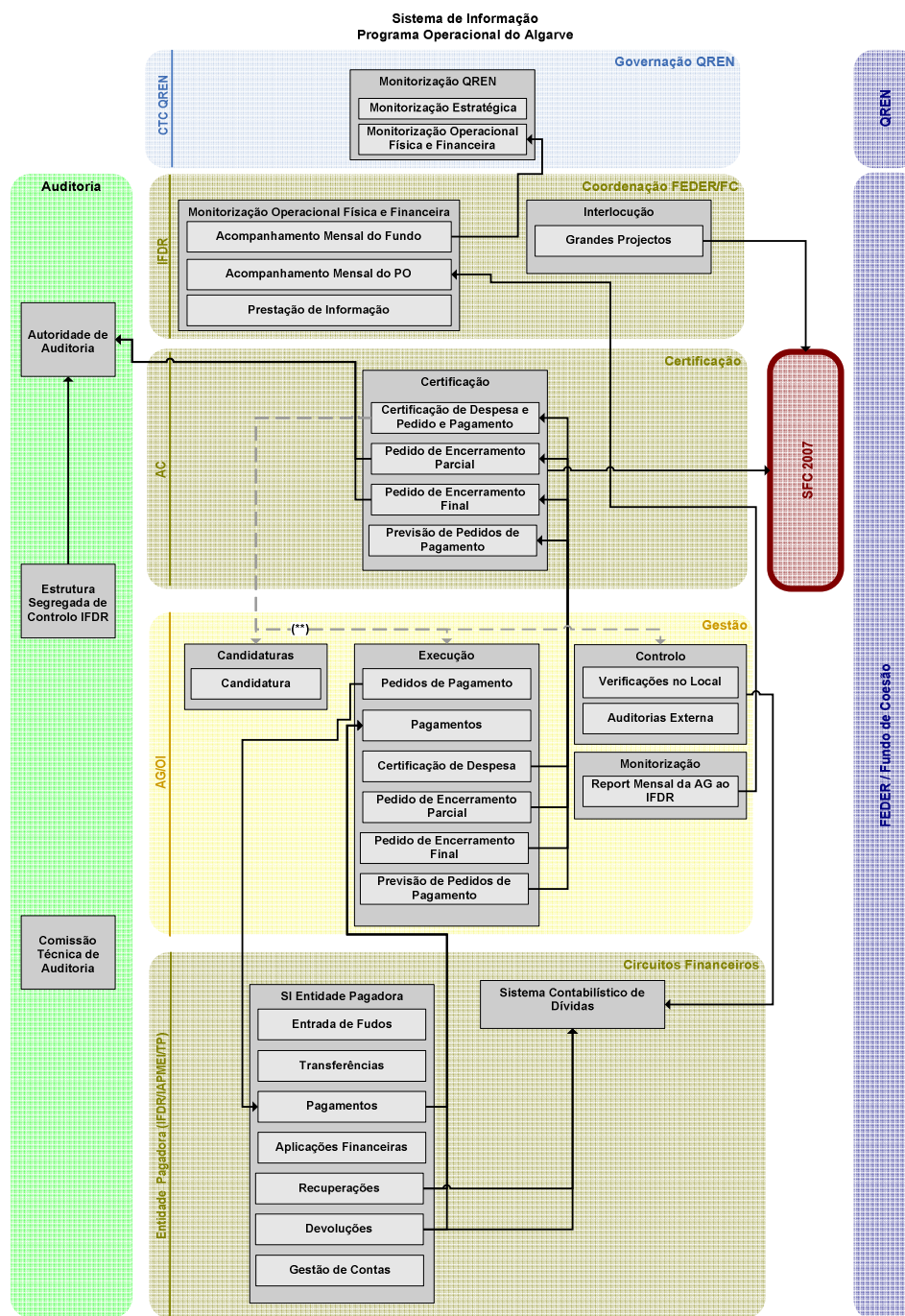
Outro aspecto importante que caracteriza o SIGA-AC releva da segregação clara das funções da Entidade Pagadora FEDER/FC (neste caso, o IFDR). Em conformidade, o modelo prevê a existência de uma área específica para a mesma, com a preocupação de segregação clara entre as funções da Autoridade de Certificação e as funções de gestão de recebimentos e pagamentos da Entidade Pagadora.

Na imagem seguinte pretende-se ilustrar de uma forma generalizada as principais componentes aplicacionais e características que suportam a solução de comunicação com a Autoridade de Certificação:



Os pedidos de certificação de despesa, bem como os pedidos de previsão de pagamento, pedidos de encerramento parcial e final, serão apresentados à Autoridade de Certificação, através de webservices publicados pelo IFDR cujo o acesso será realizado via “VPN IPSec”, no âmbito do Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SI FEDER/FC). Este serviço permite à Autoridade de Gestão registar e enviar os pedidos de certificação de despesas e respectivos anexos normalizados para o SI FEDER/FC.

Abaixo segue fluxograma dos Sistemas de Informação:



Legenda:
(*) - Neste fluxograma não se encontram espelhados os acessos para consulta
(**) - AC assinala verificações efectuadas no SI AG

1.2.4. Sistema de gestão e acompanhamento

O ano 2008 pode ser considerado um ano de arranque do Programa ao longo do qual foram abertos concursos para 5 novas tipologias de operação e no qual foram aprovados grande parte dos Regulamentos Específicos e critérios de selecção.

Por outro lado, atinge-se já o pleno funcionamento das estruturas de governação do PO Algarve 21, a avaliar pela regularidade de realização das reuniões da Comissão Directiva e da Comissão de Acompanhamento.

a) Comissão de Acompanhamento

Durante o ano 2008, a Comissão de Acompanhamento reuniu uma vez, em 8 de Abril.

Nesta reunião realizada em Faro foi apresentado um ponto de situação do Programa e foram analisados e aprovados os critérios de selecção dos seguintes Regulamentos Específicos:

Eixo 1:

- Sistema de Apoio a Acções Colectivas
- Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
- Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
- Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
- Promoção e Capacitação Institucional

Eixo 2:

- Energia

Eixo 3:

- Rede de Equipamentos Culturais
- Equipamentos para a Coesão Local
- Requalificação de rede escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação pré Escolar

Eixo 4:

- Assistência Técnica



Foi igualmente efectuado um ponto de situação dos concursos lançados até ao momento no âmbito do PO Algarve 21. Face à presença de numerosos responsáveis nacionais e regionais pela realização do QCA III, foi também efectuada pelo Presidente da CCDR e Gestor dos 2 Programas regionais, um ponto de situação sumário sobre a execução do PROALGARVE (2000 – 2006).

Aproveitando a presença dos representantes da Comissão Europeia, foram efectuadas no dia 9 de Abril, visitas a projectos co-financiados pelo QCA que poderão ter continuidade de apoio no âmbito do QREN. Os responsáveis da Comissão Europeia deslocaram-se ao Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF) e ao Parque das Cidades.



Em 15/02/2008 e 10/07/2008 a Comissão de Acompanhamento foi consultada por escrito, igualmente para aprovação de critérios de selecção de Regulamentos Específicos, e em 17/06/2008 os membros da referida Comissão foram consultados para aprovação do Relatório de Execução de 2007.

b) Outras tarefas de gestão e acompanhamento

À semelhança do que foi efectuado no Relatório de Execução 2007, apresenta-se em seguida um cronograma dos momentos relevantes do **sistema de gestão e acompanhamento** do PO Algarve 21 ocorridos durante o ano 2008:

31/01/2008 – 2ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para informação sobre o ponto de situação dos Regulamentos Específicos do Programa, Avisos de Abertura de Candidaturas em curso e apreciação do Plano Anual de Concursos para os Sistemas de Incentivos;

– Reunião em Lisboa com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional para análise das questões associadas à contratualização no âmbito dos PO Regionais;

14/03/2008 – 1ª reunião da **Comissão de Aconselhamento Estratégico** (CAE) presidida pelo Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) para apresentação das CAE, do Programa e dos regulamentos aprovados e avisos publicados. Foi ainda discutida a participação da Grande Área Metropolitana do Algarve na Gestão do PO Algarve 21 assim como a iniciativa PROVERE dirigida aos territórios de baixa densidade;

03/04/2008 – Sessão de divulgação sobre Sistemas de Incentivos às Empresas para esclarecimento dos potenciais beneficiários acerca dos apoios do Programa, realizado em Vilamoura (Business Breakfast da British-Portuguese Chamber of Commerce);

04/04/2008 – 3ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para apreciação e aprovação de candidaturas. Aprovados 6 projectos no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), nas tipologias “Sistema de Incentivos Inovação” e “Sistema de Incentivos Qualificação PME”;

08/04/2008 – 2ª reunião da **Comissão de Acompanhamento** do Programa (Faro) – foram analisados e aprovados os critérios de selecção de 10 regulamentos específicos.

- 17/04/2008** – 4ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para apreciação de candidaturas. Aprovados 2 projectos no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), na tipologia “Sistema de Incentivos Inovação”;
- 06/05/2008** – 5ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para apreciação de candidaturas. Aprovados 3 projectos no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), nas tipologias “Sistema de Incentivos I&DT” e “Sistema de Incentivos Inovação”;
- 05/06/2008** – Consulta Escrita à **Comissão Directiva** do Programa para apreciação e aprovação de candidatura. Aprovado 1 projecto no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), na tipologia de “Sistema de Incentivos I&DT”;
- 06/06/2008** – Divulgação sobre Sistemas de Incentivos às Empresas para esclarecimento dos potenciais beneficiários acerca dos apoios do Programa, no Seminário “Ria Formosa – Promoção e Desenvolvimento do Turismo Náutico” / 1ª Semana Náutica da Praia de Faro, realizado em Faro;
- 16/06/2008** – Seminário de divulgação do “Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos”, realizado em Loulé e apoiado pelo Programa;
- 18/07/2008** – 6ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para apreciação e aprovação de candidaturas. Aprovados 7 projectos no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), na tipologia “Sistema de Incentivos Qualificação PME”. Ponto de Situação de candidaturas entradas, desistidas, não admitidas, não aceites, não elegíveis e elegíveis nas tipologias do Eixo 2 e 3 (“Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)”, “Parcerias para a Regeneração Urbana” e “Acções de Valorização do Litoral”);
- 31/07/2008** – 7ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para aprovação de candidaturas. Aprovados 8 projectos no Eixo 1 (5 do “SAMA” e 3 da “Promoção e Capacitação Institucional” para as Acções Preparatórias do PROVERE). Foi apreciada a admissibilidade das candidaturas do Eixo 2 e 3 inseridas nas tipologias de “Acções de Valorização do Litoral” e “Rede Escolar” e “Parcerias para a Regeneração Urbana”;
- Foi aprovada na Comissão Directiva a nomeação dos 4 Coordenadores das Unidades Orgânicas do Secretariado Técnico (*ver pág. 9/10 deste Relatório*).

- 01/08/2008** – Reunião nacional com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e sectores da Educação com vista à uniformização de procedimentos para as tipologias Educação;
- 28/08/2008** – 8ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para aprovação de candidaturas. Aprovados 4 projectos no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), nas tipologias “Sistema de Incentivos I&DT” e “Sistema de Incentivos Inovação”; 4 projectos no Eixo 2 (“Acções de Valorização do Litoral”); 1 projecto no Eixo 4 (“Assistência Técnica”). Foi apreciada a admissibilidade das candidaturas do Eixo 2, relativas à “Optimização da Gestão dos Resíduos”. Foi feita a análise das candidaturas do Eixo 3, “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar”;
- 15/09/2008** – Consulta Escrita à **Comissão Directiva** do Programa para aprovação de candidaturas. Aprovados 5 projectos no Eixo 3 (“Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar”);
- Seminário Internacional sobre “Encerramento QCAIII” assistido em vídeo conferência pela Estrutura Técnica na CCDR;
- 17/09/2008** – Sessão interna de reflexão sobre Sistemas de Incentivos QREN com os responsáveis nacionais da Rede Sistemas de Incentivos QREN, na CCDR (Faro);
- 08/10/2008** – Seminário sobre Sistemas de Incentivos às Empresas para esclarecimento dos potenciais beneficiários acerca dos apoios do Programa, realizado na CCDRALgarve em Faro;
- 10/10/2008** – Envio da 1ª versão da “Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo” à Comissão Europeia;
- 13/10/2008** – Workshop sobre as subtipologias “Vale I&DT” e “Vale Inovação” dos Sistemas de Incentivos às Empresas para esclarecimento dos potenciais beneficiários acerca dos apoios específicos do Programa nestas áreas, realizado na CCDR Algarve em Faro;
- 21/10/2008** – 9ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para aprovação de candidaturas. Foi aprovado 1 projecto no Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), na

tipologia “Sistema de Incentivos I&DT”; 1 projecto no Eixo 2 (“Acções de Valorização do Litoral”); Foi aprovado a admissibilidade da candidatura do Eixo 3 relativa à “Política das Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”. Foram aprovados ajustes a decisões anteriores.

30/10/2008 – Sessão de Formação SIEP – vertente Pagamentos, realizado pelo IFDR para os técnicos do Secretariado Técnico do PO Algarve 21 na CCDR;

06/11/2008 – Seminário sobre Sistemas de Incentivos às Empresas para esclarecimento dos potenciais beneficiários acerca dos apoios do Programa, realizado em Portimão;

07/11/2008 – Consulta Escrita à **Comissão Directiva** do Programa para aprovação de um ajuste à decisão numa candidatura do Eixo 1 (Sistemas de Incentivos), na tipologia “Sistema de Incentivos Inovação”;

14/11/2008 – Visita de trabalho da Comissária Danuta Hubner à região do Algarve. Foram visitados projectos apoiados pelo FEDER e Fundo de Coesão e foi efectuada uma apresentação no Teatro de Faro sobre a estratégia da Região e apoios comunitários desde a adesão;

19/11/2008 – Encontro Anual em Bruxelas entre as Autoridades de Gestão do QCA III e a Comissão Europeia;

27/11/2008 – Reunião com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território sobre candidaturas de Política de Cidades (procedimentos e avaliação de mérito);

18/12/2008 – 9ª reunião da **Comissão Directiva** do Programa para aprovação de 1 candidatura no Eixo 1, na tipologia SAFPRI, e de ajustes a decisões anteriores.

19/12/2008 – Consulta Escrita à **Comissão Directiva** do Programa para aprovação da revisão ao Despacho sobre o projecto “Parkalgar” (Sistemas de Incentivos), proposta na Comissão Directiva anterior;

1.2.5 – Regulamentos específicos

Em 2008, foi concluída a aprovação dos vários Regulamentos Específicos do PO Algarve 21, e dos respectivos critérios de selecção, assegurando-se a operacionalidade do Programa.

Todos os Regulamentos Específicos do PO Algarve 21 foram aprovados pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente e, nos casos de existência de conexão entre os Regulamentos Específicos e áreas comuns de Programas Operacionais Temáticos, foram também aprovados por Comissões Ministeriais de Coordenação destes últimos Programas.

Durante o ano de 2008, foi aprovado um total de 15 Regulamentos Específicos do PO Algarve 21, bem como um enquadramento transversal, relativo às Estratégias de Eficiência Colectiva. Ao longo do ano tiveram igualmente lugar pequenas revisões/rectificações de Regulamentos Específicos aprovados, assim como alterações de maior significado que se reflectiram em 7 Regulamentos.

Todos os critérios de selecção dos Regulamentos Específicos, incluindo as suas revisões/rectificações e ou alterações, foram aprovados pela Comissão de Acompanhamento do PO Algarve 21.

Tipologias de Operação / Regulamentação Específica	Comissão Ministerial de Coordenação	Comissão de Acompanhamento	Concurso a decorrer em 2008
Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento			
Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	Portaria 1462/2007 de 15/11, alt. Portaria 711/2008 de 31/07	14/11/2007	√
Sistema de Incentivos à Inovação	Portaria 1464/2007 de 15/11	14/11/2007	√
Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	Portaria 1463/2007 de 15/11, alt. Portaria 250/2008 de 04/04	14/11/2007	√
Sistema de Apoio a Acções Colectivas	POR 04/04/2008 POFC 08/05/2008	08/04/2008	
Apoios à Formação Profissional	POR e POFC 30/04/2008	-	
Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	POR e POFC 02/07/2008, alt. 31/12/2008	24/07/2008	
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	POR 28/03/2008	08/04/2008	
Sistema de Apoio a Parques Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	POR 28/03/2008	08/04/2008	
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	POFC 16/10/2007 POR 13/12/2007	14/11/2007	√

Tipologias de Operação / Regulamentação Específica	Comissão Ministerial de Coordenação	Comissão de Acompanhamento	Concurso a decorrer em 2008
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	POR 04/04/2008, alt. 09/10/2008	08/04/2008	
Promoção e Capacitação Institucional	POR 01/04/2008	08/04/2008	√
Eixo 2 – Protecção e Qualificação Ambiental			
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	POR 09/10/2007	14/11/2007	
Optimização da Gestão de Resíduos	POR 08/02/2008	03/03/2008	√
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	POR 09/10/2007	14/11/2007	
Energia	POR 28/03/2008	08/04/2008	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	POR 08/02/2008	03/03/2008	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	POR 08/02/2008	03/03/2008	
Ações de Valorização do Litoral	POR 09/10/2007	14/11/2007	√
Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano			
Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana	POR 09/10/2007	14/11/2007	√
Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	POR 09/10/2007	14/11/2007	√
Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo EB e da Educ. Pré-Escolar	POR 09/10/2007, alt. 19/11/2008	08/04/2008	√
Rede de Equipamentos Culturais	POR 28/03/2008, alt. 23/04/2008	08/04/2008	
Património Cultural	POR 09/10/2007	14/11/2007	
Saúde	POR 09/10/2007, alt. 15/07/2008	14/11/2007	
Equipamentos para a Coesão Local	POR 26/03/2008	08/04/2008	
Mobilidade Territorial	POVT 15/10/2007 POR 06/11/2007	03/03/2008	
Eixo 4 – Assistência Técnica			
Assistência Técnica	POR 19/03/2008	-	√
Transversal – Estratégias de Eficiência Colectiva			
Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva	POFC, POR, MADRP, MTSS 08/05/2008	-	√

CMC – Comissão Ministerial de Coordenação; POR – Programas Operacionais Regionais do Continente; POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade; CA – Comissão de Acompanhamento; MADRP - Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; MTSS - Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Com base nesta estrutura devidamente operacionalizada (27 Regulamentos Específicos e um enquadramento transversal), foi possível à Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 proceder à abertura de diversos concursos durante o ano de 2008.

Durante o decorrer do ano, foram abertos 29 concursos em 8 Regulamentos Específicos, nos 4 Eixos Prioritários do Programa conforme consta no *Quadro I* em anexo. Foi aberto também um concurso relativo às Estratégias de Eficiência Colectiva (PROVERE) que fechou já em 2009.

Desde o início do Programa até final de 2008 foram abertos 40 concursos em 11 Regulamentos Específicos, cujos resultados se encontram analisados no Ponto 3 deste Relatório.

1.2.6 – Sistema de Avaliação

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e de Coesão (Regulamento n.º 1083/2006 de 11 de Julho) define como objectivo geral da avaliação o de “melhorar a qualidade, eficácia e a coerência da intervenção dos Fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões em causa, tendo em conta o objectivo do desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária pertinente em matéria de impacto ambiental e de avaliação ambiental estratégica”.

Este Regulamento define ainda que as avaliações devem ser levadas a cabo antes (“*ex ante*”) durante (“*on going*”) e após (“*ex post*”) o período de programação.

A **avaliação *ex-ante***, já efectuada, teve como objectivo “optimizar a atribuição de recursos orçamentais a título dos programas operacionais e melhorar a qualidade de programação.” (Artigo 48-2 do referido Regulamento). Com este intuito foram identificadas áreas críticas para o bom desempenho do Programa, que deverão ser alvo de análise no decorrer do programa – **avaliação *on going***.

O que difere, em matéria de concepção geral da avaliação, neste actual quadro de programação relativamente aos anteriores, tem essencialmente que ver com uma perspectiva mais flexível do modelo de avaliação. Assim, em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido *à priori* – consubstanciado no período 2000-2006, num exercício muito abrangente e complexo, relativamente estandardizado de avaliação intercalar de todos os Programas Operacionais – o Regulamento aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Com esse objectivo foi constituído um grupo “Rede de Avaliação do QREN 2007-2013”, composto pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes das Autoridades de Certificação e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Durante o ano de 2008 a Rede de Avaliação realizou três reuniões:

Reunião	Data	Assunto
1.ª Reunião da rede	12/09/2008	Primeira abordagem ao Plano de Avaliação (propostas de plano, de calendário e datas de aprovação)
2.ª Reunião da rede	16/10/2008	Apresentação e discussão do Plano Geral de Avaliação (PGA) do Qren e PO's
3.ª Reunião da Rede	17/12/2008	Orientações Gerais para a implementação do PGA e dos PO

O Plano de Avaliação do PO Algarve 21 foi aprovado, pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais no dia 23/12/2008, juntamente com os dos restantes PO Regionais.

No entanto, atendendo à especificidade do Algarve, em situação de “*phasing-out*”, e tendo em conta o atraso geral no arranque do exercício de avaliação (estava previsto apresentar a primeira versão do Plano Geral de Avaliação à Comissão Ministerial do QREN até ao final de 2007), a proposta de calendarização difere da dos restantes Programas.

Na verdade, uma avaliação intercalar do PO Algarve 21 “tendo em vista sobretudo eventuais necessidades de reprogramação” num programa em “*phasing-out*” pecará por ser demasiado tardia se vier a realizar-se na data prevista para os restantes Programas, não devendo nunca, para que possa ter efeitos práticos, passar do 3.º trimestre de 2010.

Um exercício que se conclua (com a aprovação incluída) em 2011, apenas permitira uma mobilização de verbas inferior a 22% do total do PO.

Neste entendimento o calendário proposto no Plano para o PO Algarve 21 será o seguinte:

DESIGNAÇÃO	INCIDÊNCIA	PRINCIPAIS OBJECTIVOS E FINALIDADES	LANÇAMENTO DO PROCEDIMENTO	CONCLUSÃO DO ESTUDO
Avaliações da operacionalização dos PO no Contexto da Estratégia do QREN (2007-2008)	PO/Fundo	Avaliar o modo de operacionalização dos PO's na prossecução das prioridades estratégicas do QREN. Conteúdos específicos a definir em função das necessidades de cada PO/Fundo A Gestão do PO Algarve 21 não irá desencadear autonomamente esta avaliação que será desenvolvida pelo IFDR. No entanto, integrará os seus contributos no exercício a desenvolver pelo IFDR no que respeita a questões de avaliação comuns. Caso existam outras questões específicas relativas ao Algarve, serão tratadas em documento autónomo e incluídas na 1ª fase da avaliação intercalar.	2º Trimestre de 2009	Até ao final de 2009
Avaliação Intercalar dos Programas Operacionais (2007-2010)	PO	Avaliar a performance e o impacte dos PO a meio do seu período de vigência, tendo em vista sobretudo eventuais necessidades de reprogramação no interior de cada PO	Nov de 2009	Junho de 2010

2. EVOLUÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO, POLÍTICAS NACIONAIS E COMUNITÁRIAS E LEGISLAÇÃO RELEVANTE

2.1 Contexto Sócio - Económico

Em 2008 verificou-se uma forte desaceleração da **economia mundial**, invertendo a tendência registada nos quatro anos anteriores.

Este abrandamento ocorreu com maior incidência nas economias mais avançadas, designadamente nos EUA, Japão e União Europeia.

A deterioração da actividade económica mundial foi provocada basicamente pela crise dos mercados financeiros internacionais e pela subida dos preços das matérias-primas energéticas e dos produtos alimentares. O comportamento destes factores criou um clima de incerteza e uma quebra de confiança que determinou o adiamento das decisões de investimento dos agentes económicos.

O enfraquecimento da actividade económica foi particularmente significativo na área euro, onde o ritmo de expansão se reduziu de 2,6% em 2007 para 0,7% em 2008.

Neste contexto Portugal apresentou em 2008 um fraco desempenho no conjunto dos países da área euro, ao registar uma taxa de crescimento nula, depois de ter crescido 1,8% em 2007.

Com este desempenho, Portugal mantém pelo 7º ano consecutivo um diferencial de crescimento negativo em relação ao conjunto da *área euro*, continuando assim a apresentar um dos crescimentos mais baixos entre os países desta área e da União Europeia.

A contracção da actividade económica nacional reflecte o clima de incerteza e de turbulência nos mercados financeiros que acabou por influenciar a quebra registada no investimento e o forte enfraquecimento das importações dos nossos principais parceiros comerciais.

A estagnação do **PIB** em 2008 interrompeu a trajectória de recuperação gradual que a economia portuguesa vinha a registar desde 2006.

Para esta desaceleração contribuíram, como referimos, os dois principais motores da economia: as exportações e o investimento.

A queda abrupta das **exportações**, com um crescimento de -0,4% em 2008 contra 7,5% registado no ano anterior, ocorreu sobretudo na parte final do ano e contrasta com a menor desaceleração verificada nas importações (2,1% de crescimento em 2008 contra 5,6% registado em 2007). Na origem deste comportamento está a evolução económica nos principais países de destino das nossas exportações. Em concreto, a quebra foi particularmente marcante nas importações da economia espanhola, principal destino das exportações de Portugal (contração de 2,5%, face ao crescimento de 6,2% registado no ano anterior). As importações da Alemanha e de França também desaceleraram significativamente, em especial no 4º trimestre de 2008.

Quanto ao **investimento** a contração foi generalizada a todas as componentes, sendo no entanto de salientar a forte queda do investimento ocorrida no sector da construção.

A taxa de **desemprego** apesar de se manter em níveis historicamente elevados registou ainda assim um ligeiro decréscimo passando de 8% em 2007, para 7,6% em 2008.

Porém no 2º Semestre, este indicador evidenciava já uma tendência de agravamento progressivo, reflectindo o perfil de deterioração da actividade económica com especial enfoque na parte final do ano. Essa tendência apareceu desde logo reflectida nos dados do Instituto de Emprego que apontavam para um crescimento significativo do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego nos meses iniciais de 2009.

Na área financeira, assistiu-se à inversão no processo de consolidação das **contas públicas**, após 2 anos de resultados particularmente favoráveis neste campo

O défice orçamental fixou-se em 2,6% (idêntico ao de 2007), ultrapassando assim a estimativa de 2,2% inicialmente fixada, facto que reflecte a contração registada na actividade económica em 2008. Neste âmbito a dívida pública também cresceu, fixando-se em 66,4% do PIB ou seja mais 2,9 pp. do que no ano anterior.

Apesar da contracção económica, a **inflação**, medida pela taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, aumentou de 2,4% em 2007, para 2,7% em 2008.

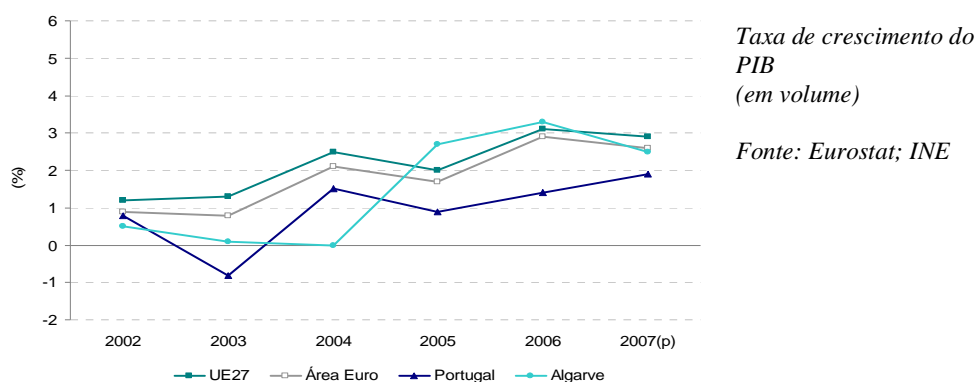
Esta subida que foi superior à estimativa inicial e reflecte em larga medida o aumento do preço dos bens energéticos, já que a evolução salarial se manteve relativamente estável face a 2007.

Na *área euro* a inflação também aumentou, situando-se no final de 2008 em 3,3%, ou seja, mais 0,6 pp. do que o valor registado em Portugal.

Por último importa referir que as necessidades liquidas de **financiamento externo** da economia Portuguesa, medidas pelo somatório dos saldos das Balanças Corrente e de Capital, ascenderam no final de 2008 a 10,5% do PIB, valor significativamente elevado face ao do ano anterior (8,1% do PIB). Este comportamento deveu-se em larga medida à deterioração do défice da Balança de Mercadorias, a que está associado uma forte quebra das exportações não acompanhada por idêntico ritmo de diminuição das importações.

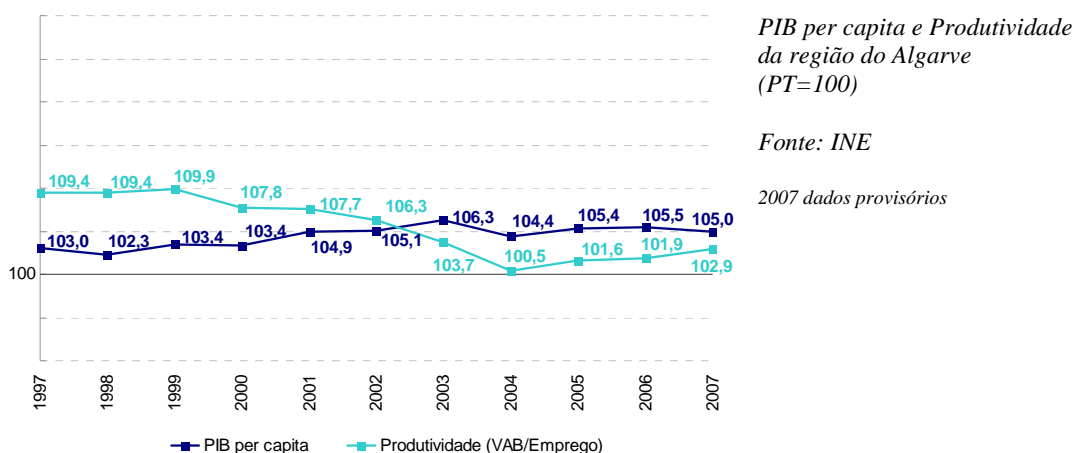
Por sua vez, a **Balança Financeira** também evidencia uma quebra significativa do Investimento Directo de Portugal no Exterior, seguida de idêntico comportamento do Investimento Directo do Exterior em Portugal, reflectindo estes indicadores a deterioração registada na actividade económica em resultado do clima de incerteza e de turbulência que caracterizou o ano em causa.

No caso da **região algarvia**, a inexistência de informação mais actualizada relativamente a alguns dos indicadores macroeconómicos condiciona a análise ao ano de 2007. O valor referente ao Produto Interno Bruto (PIB) indica um crescimento de 2,5% (em volume), similar à taxa de variação da zona euro, e 0,6 pp. acima da média nacional. Contudo, verifica-se que, face a 2006, o Algarve apresenta uma evolução inversa à do país, com o Produto regional a diminuir 0,8 pp.



O **PIB per capita** do Algarve atingiu em 2007 os 16.139 Euros, montante superior ao valor médio do país. O índice de disparidade regional (105) desceu ligeiramente.

A produtividade, quando comparada com a média nacional, manteve a tendência de crescimento que se observa desde 2004. O respectivo índice evoluiu para 102,9 em 2007, ano em que este indicador apresenta um valor de 28.061 euros.



A análise dos dados relativos ao **mercado de emprego** indica, para a região do Algarve, uma taxa de actividade que variou entre os 60,2%, no 1º trimestre de 2008, e os 60,7%, no 3º trimestre. A referida taxa foi superior no país, atingindo os 62,5% em ambos os trimestres.

O Algarve apresenta, no entanto, um desempenho superior à média do País no que respeita à taxa de emprego. Esta situou-se nos 69,2%, menos 0,3 pp. do que em 2007, enquanto que no país foi de 68,2%. A desagregação do indicador por género, aponta para uma diferença significativa entre homens e mulheres. Ao nível da região, em 2008, a taxa de emprego masculina foi de 76% e a feminina de 62,2%.

Os resultados do Inquérito ao Emprego (INE) de 2008, apontam para a existência de uma população média empregada de cerca de 203,1 mil indivíduos, 76% dos quais por conta de outrem. Neste grupo, três quartos aproximadamente trabalha na área dos serviços e 21% no sector secundário. De referir ainda que 37% dos trabalhadores por conta de outrem auferem mensalmente 600 euros ou menos de salário.

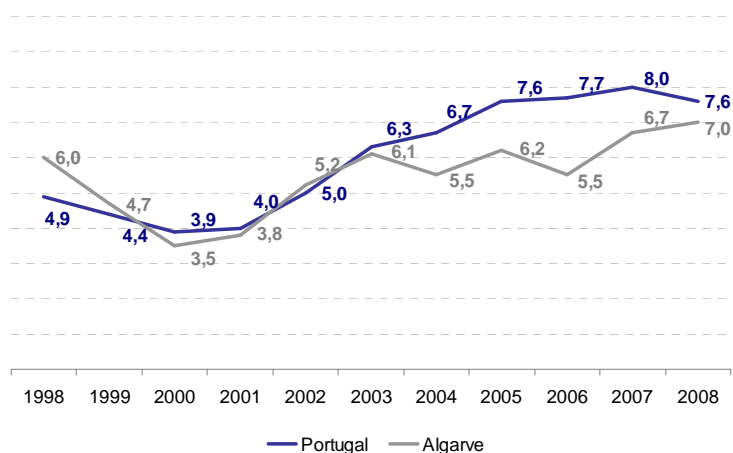
Segundo dados do IEFP, o número de desempregados registados nos Centros de Emprego da região era, no fim do 4º trimestre de 2008, de 16.428 indivíduos, mais 17,5% do que em período

homólogo anterior. Este valor constitui o maior aumento observado no continente, e dista consideravelmente da segunda maior taxa de variação, a da região Centro, que atingiu os 8,7%.

A proporção de mulheres desempregadas diminuiu, passando agora a representar 58,5%, menos 3,5 pp. do que em 2007. A análise por género evidencia ainda um maior aumento do desemprego masculino, que cresceu 28% face a Dezembro de 2007, sendo esse valor de 11% no caso das mulheres.

Taxa de desemprego (%)

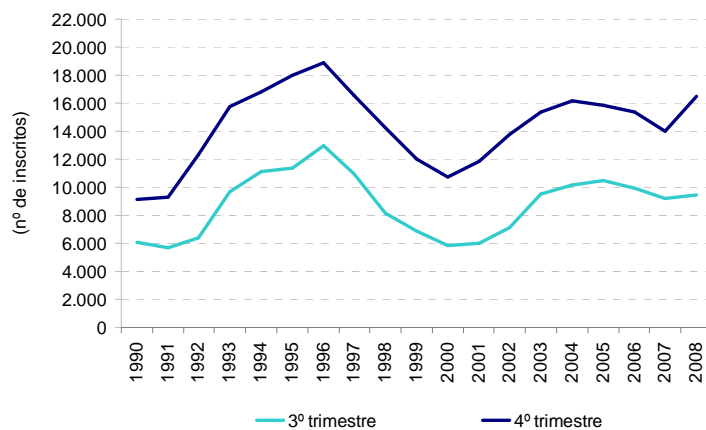
Fonte: INE



Verificou-se igualmente um agravamento da sazonalidade associada ao desemprego. A comparação da situação no final do 3º e 4º trimestre indica que, nos últimos anos, o número de inscritos em Dezembro era 1,5 a 1,6 vezes superior ao que se registava no final de Setembro. Em 2008 esse rácio aumentou para 1,8.

Desempregados inscritos nos centros de emprego do Algarve (situação no final do trimestre)

Fonte: IEFP



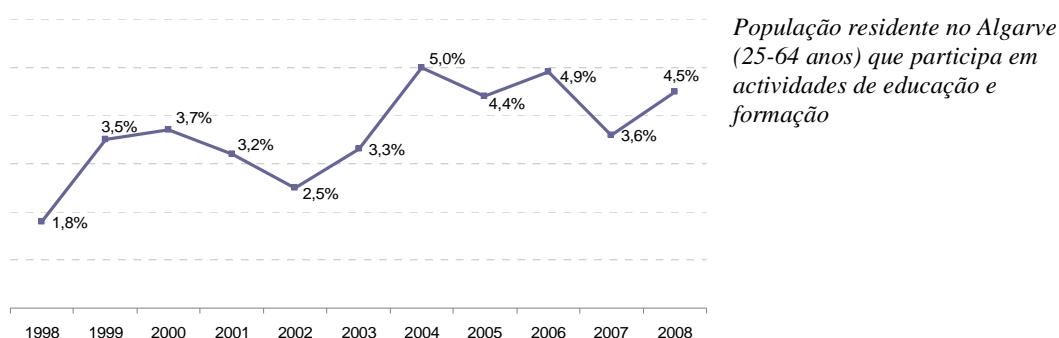
A maioria dos desempregados procurava um novo emprego (95,6%) e encontrava-se registada há menos de 1 ano (86,4%). De referir a diminuição do desemprego de longa duração (1 ano ou mais) de 16,5% em 2007, para 13,4% em 2008. Observou-se igualmente um ligeiro decréscimo na proporção de desempregados com menos de 25 anos e com idade superior a 54 anos

Se atendermos ao nível de instrução dos desempregados verifica-se que os indivíduos com o 3º ciclo passaram a constituir o maior grupo (24,4%), posição que anteriormente era ocupada por aqueles que apenas detinham o 1º ciclo do ensino básico. Esta situação poderá eventualmente decorrer da frequência do programa Novas Oportunidades, que terá permitido a alguns dos desempregados atingirem a escolaridade obrigatória.

O “pessoal dos serviços, de protecção e segurança” e os “trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” continuam a ser os grupos profissionais mais afectados pelo desemprego, ainda que a sua importância relativa tenha descido ligeiramente, de 46,8% em 2007, para 45,1% no final de 2008.

Considerando apenas os que procuram novo emprego, constata-se que parte significativa dos inscritos (41%) exercia anteriormente a sua profissão na área do “alojamento, restauração e similares”. Os desempregados oriundos do “comércio por grosso e a retalho” são o segundo maior grupo, representando cerca de 14% do total, a que se seguem os da “construção” e “outras actividades de serviços”, com 11% em cada um dos casos.

A conjuntura económica desfavorável e maiores dificuldades associadas à obtenção ou manutenção do emprego têm, naturalmente, consequências sociais nem sempre fáceis de avaliar. Tendo por referência a atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI), verifica-se um aumento assinalável do número de indivíduos que recorreram a este apoio. Entre o final de 2007 e de 2008, os beneficiários com requerimento activo aumentaram quase 22%, ascendendo no último ano aos 13.977. Destes, 10.957 tiveram RSI processado em Dezembro.



A qualificação e formação, nomeadamente dos activos, é considerada factor essencial para o aumento da competitividade das empresas e do país. De acordo com dados do INE, em 2008, 4,5% da população com idade entre os 25 e os 64 anos participou em actividades dessa natureza.

O **turismo**, sector fortemente impulsionador da economia regional, manifestou, naturalmente, reflexos da conjuntura internacional desfavorável. Os principais indicadores disponíveis confirmam uma descida da procura, ainda que não muito significativa.

Em 2008, os movimentos comerciais no aeroporto de Faro apresentaram uma contracção de 1,2%, embora o número de passageiros comerciais, que atingiu os 5,4 milhões, tenha recuado apenas 0,4%.

Apesar de se ter assistido a uma variação assinalável no movimento de passageiros em voos *charter* (-19,3%), a situação foi amenizada pelo crescimento dos que viajaram em companhias regulares e também pelo aumento dos trânsitos

Os passageiros de vôos regulares, cerca de 76% do total, aumentaram 6,8% face ao período homólogo, confirmando assim a tendência observada nos últimos anos. O mesmo se pode afirmar relativamente aos passageiros transportados em companhias de baixo custo, que apresentaram um crescimento de 11,7% em 2008. Os que optam pelo transporte *low cost* constituem 67,9% do total de indivíduos embarcados e desembarcados no aeroporto, valor este 6,6 pp. acima do registado no ano transacto.

De referir que os três principais mercados emissores de turistas para o Algarve (Reino Unido, Alemanha e Irlanda), de onde são originários quase 78% dos passageiros, evidenciaram um decréscimo de 4,1%. No conjunto mais alargado que inclui os 7 principais mercados, verifica-se que somente no caso da Holanda houve uma variação positiva, de 3,5%.

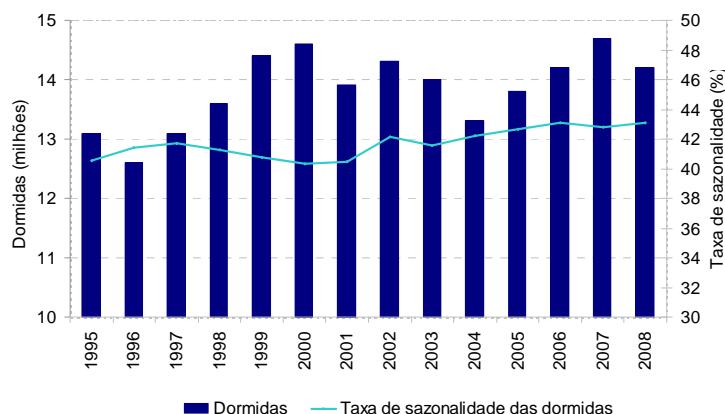
A hotelaria classificada da região acolheu, em 2008, 21,7% do total de hóspedes que originaram 36,3% das dormidas efectuadas nos estabelecimentos hoteleiros do país.

As dormidas na hotelaria do Algarve registaram uma inflexão na tendência de crescimento, que se observava desde 2004. Os 14,2 milhões de dormidas contabilizadas em 2008, traduzem uma descida de 3,4%, quando comparadas com o período anterior.

Esta variação foi consequência do recuo das dormidas dos residentes no estrangeiro (-5,6%) que representam 75,5% do total e cuja estada média é de 5,6 noites. Saliente-se, contudo, o crescimento (4,1%) das dormidas dos turistas com origem no país.

Dormidas e taxa de sazonalidade na região do Algarve

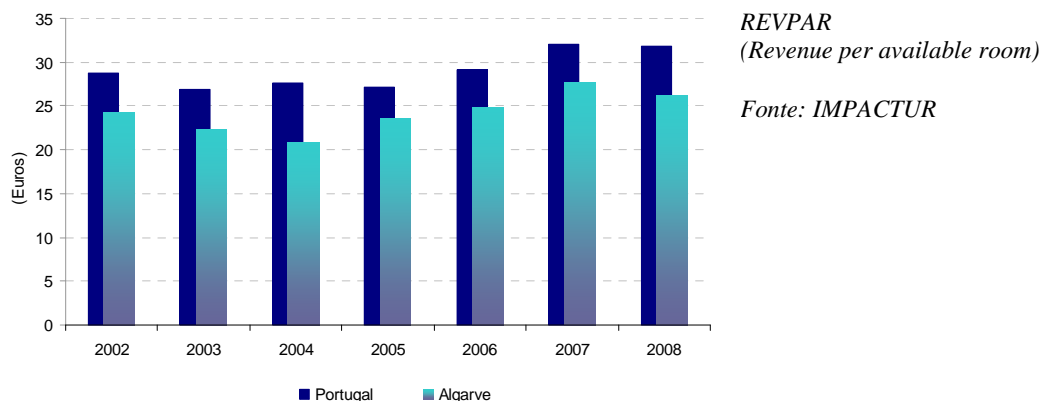
Fonte: INE, CCDRALgarve



A taxa de ocupação-cama, a 2ª mais alta do continente, situou-se nos 44,7%, o que revela uma diminuição de 5,7 pp face a 2007.

Os proveitos totais gerados pelos estabelecimentos hoteleiros do Algarve foram, em 2008, de 579,9 milhões de euros, montante ligeiramente inferior (-0,2%) ao do ano transacto. Este valor representa 29,6% dos proveitos totais da hotelaria nacional, confirmando a liderança do Algarve como principal região turística do país.

A evolução da receita média diária por quarto disponível atingiu os 26,2 euros no período em análise, sendo a média nacional de 31,8 euros.



Dados do Turismo de Portugal indicam um crescimento no movimento de cruzeiros e no número de passageiros em trânsito no porto de Portimão. Chegaram àquele porto 26 navios e 11.157 passageiros em trânsito, mais 5.665 do que em 2007. De referir que o rio Arade foi recentemente sujeito a intervenção de desassoreamento, o que tornou possível a manobra e atracagem de grandes navios de cruzeiro sem que haja qualquer condicionante de maré.

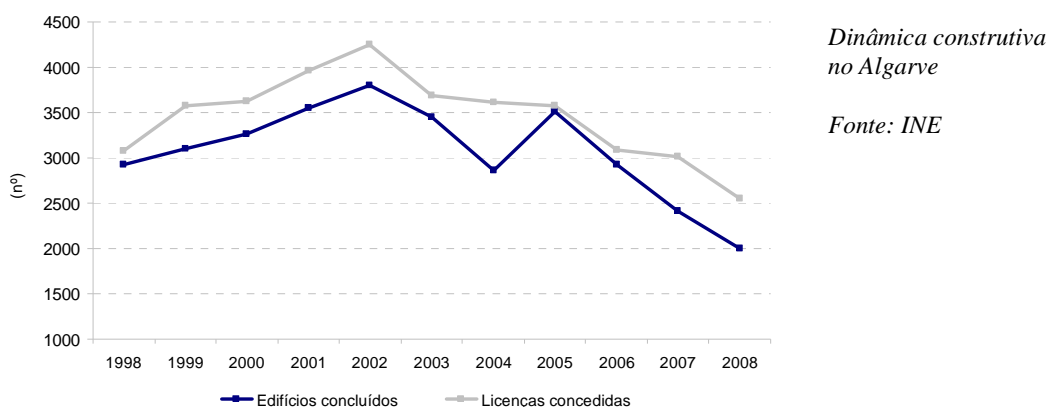
Os golfistas que elegeram os campos da região para aqui praticarem a modalidade, realizaram, em 2008, cerca de 1,78 milhões de voltas¹. Este número corresponde a uma muito ligeira diminuição (-0,3%) face a 2007. De salientar o contributo do golfe para a atenuação da sazonalidade regional; os meses de Outubro e Março, seguidos dos de Abril e Maio, concentram 44% das voltas vendidas.

A **construção civil** é outra das actividades com relevo a nível regional. No que se refere ao emprego, em 2007 acolhia quase 16% da população activa empregada e 71% do total de trabalhadores do sector secundário.

A dinâmica associada à construção, avaliada a partir do número de edifícios concluídos e das licenças concedidas, dá continuidade à tendência descendente dos últimos anos.

Em 2008 foram concluídos 2005 edifícios, menos 16,9% do que em período homólogo anterior. Destes, 82% corresponderam a construções novas. O decréscimo assinalado foi superior ao observado para o conjunto do país (-11,9%).

No caso da atribuição de licenças, a região apresentou um recuo de 15,1%, sendo o decréscimo de 22,8% se atendermos apenas ao licenciamento de construções novas.



¹ Dados fornecidos pela Associação Algarve Golfe

Na área das **obras públicas**, regista-se a conclusão e abertura ao público em 2008 de alguns projectos com algum significado que contaram com o apoio de Fundos Comunitários, fundamentalmente do PROALGARVE (2000 – 2006). Destaca-se a conclusão de 3 bibliotecas (Castro Marim, Olhão e Silves), 2 Auditórios Municipais (Olhão e Lagoa), 11 Centros Escolares e 6 pré-escolares, o Centro de Ciência Viva de Lagos, 6 espaços internet concelhios, 3 Piscinas Municipais (Lagos, Aljezur e Quarteira) e a Pista de Atletismo em Faro.

Fontes:

Actividade turística, Dezembro de 2008 (dados preliminares), Destaque 12/02/2009, INE
Anuário Estatístico da Região do Algarve 2007, INE, 2008
Associação Algarve Golfe
Centros de emprego – Estatísticas Mensais, IIEFP
Construção, Obras licenciadas e concluídas, 4º trimestre de 2008, Destaque 16/03/2009, INE
<http://ciitt.ualg.pt/impactur/>, Impactur, Indicadores de monitorização e previsão da actividade turística
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, (base de dados), EUROSTAT
Os resultados do turismo, Dezembro de 2008, Turismo de Portugal
Relatório anual de tráfego 2008, ANA Aeroportos Algarve
Relatório do Banco de Portugal, Primavera 2009, Banco de Portugal
Situação do mercado de emprego – Relatório anual 2008, IIEFP
www.ine.pt, (base de dados), Instituto Nacional de Estatística
www2.seg-soc.pt, Segurança Social

2.2. Alterações de políticas públicas nacionais, sectoriais e regionais

Neste sub-capítulo são apresentadas as modificações de políticas nacionais, sectoriais ou regionais, com influência nas condições de enquadramento do PO Algarve 21 durante o ano 2008.

As orientações nacionais resultam também de contributos das orientações decididas a nível comunitário, pelo que estas estão também presentes neste sub-capítulo.

O quadro seguinte, arrumado por Eixos Prioritários, apresenta uma resumida caracterização das alterações verificadas no âmbito das políticas públicas, que poderão apresentar um impacto relevante na execução das principais prioridades estratégicas de desenvolvimento assumidas no PO Algarve 21.

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
1) Competitividade, Inovação e Conhecimento	Decreto-Lei 39/2008, de 07-03-2008, aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos
	Decreto Regulamentar 9/2008, de 18-03-2008, aprova o estabelecimento de zonas de produção aquícola em mar aberto, bem como as condições a observar para efeitos de autorização de instalação e licença de exploração
	Decreto-Lei 57/2008, de 26-03-2008, estabelece o regime aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transacção comercial relativa a um bem ou serviço, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio
	Lei 16/2008, de 01-04-2008, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual
	Decreto-Lei 67/2008, de 10-04-2008, aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, a delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo
	Resolução do Conselho de Ministros 70/2008, de 22-04-2008, aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado
	Portaria 327/2008, de 28-04-2008, aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos
	Decreto-Lei 116/2008, de 04-07-2008, adopta medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de actos e procedimentos no âmbito do registo predial e actos conexos

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
	<p>Decreto-Lei 143/2008, de 25-07-2008, aprova medidas de simplificação e acesso à propriedade industrial</p> <p>Portaria 701-J/2008, de 29-07-2008, define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projectos de investigação e desenvolvimento e cria a respectiva comissão</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 120/2008, de 30-07-2008, define como prioridade estratégica para o País no sector das comunicações electrónicas a promoção do investimento em redes de nova geração</p> <p>Decreto-Lei 157/2008, de 08-08-2008, estabelece o regime de articulação de procedimentos administrativos de consulta pública e publicitação aplicável aos projectos reconhecidos como de potencial interesse nacional (PIN)</p> <p>Portaria 936/2008, de 20-08-2008, aprova os Estatutos da Entidade Regional de Turismo do Algarve que adopta a denominação de Turismo do Algarve</p> <p>Portaria 937/2008, de 20-08-2008, estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural</p> <p>Decreto-Lei 174/2008, de 26-08-2008, aprova o Regulamento do Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN)</p> <p>Decreto-Lei 175/2008, de 26-08-2008, cria o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, com a natureza de fundo autónomo</p> <p>Decreto-Lei 209/2008, de 29-10-2008, estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI)</p> <p>Decreto-Lei 226-A/2008, de 20-11-2008, define o regime de autonomia, administração e gestão das escolas de hotelaria e turismo do Turismo de Portugal, I. P. Escola hoteleira</p> <p>Portaria 1441/2008, de 11-12-2008, define a estrutura e da organização interna das Escolas de Hotelaria e Turismo enquanto serviços territorialmente desconcentrados do Turismo de Portugal, I. P.</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 196/2008, de 30-12-2008, estabelece um compromisso de redução de encargos administrativos para as empresas, a integrar nos Programas Legislar Melhor e de Simplificação Administrativa e Legislativa - SIMPLEX, e define a forma de coordenação e acompanhamento a nível nacional do Programa de Acção para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia</p> <p>Decreto-Lei 247-B/2008, de 30-12-2008, cria e regula o cartão da empresa e o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (SICAE) e adopta medidas de simplificação no âmbito dos regimes do Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC), do Código do Registo Comercial, dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária e divórcio com partilha, do regime especial de constituição imediata de sociedades («empresa na hora») e do regime especial de constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial («empresa on-line»), do regime especial de constituição imediata de associações («associação na hora») e do regime especial de criação de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras («sucursal na hora»)</p>
Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
2) Protecção e Qualificação Ambiental	<p>Resolução do Conselho de Ministros 1/2008, de 04-01-2008, aprova o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) relativo ao período de 2008-2012, designado por PNALE II, bem como as novas metas 2007 do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006)</p>

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
	<p>Decreto-Lei 5/2008, de 08-01-2008, estabelece o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de produção de electricidade a partir da energia das ondas</p> <p>Lei 7/2008, de 15-02-2008, Lei da Pesca nas Águas Interiores</p> <p>Decreto-Lei 46/2008, de 12-03-2008, aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição</p> <p>Decreto Regulamentar 10/2008, de 26-03-2008, cria as zonas de protecção especial de Monchique e do Caldeirão</p> <p>Decreto-Lei 71/2008, de 15-04-2008, estabelece o sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas</p> <p>Decisão da Comissão 2008/335/CE, de 08-05-2008, adopta, em aplicação da Directiva 92/43/CEE do Conselho, a primeira lista actualizada dos sítios de importância comunitária para a região biogeográfica mediterrânica</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 80/2008, de 20-05-2008, aprova o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (2008-2015)</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 90/2008, de 03-06-2008, determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»: Ria Formosa, incidindo sobre a frente costeira e a frente de ria dos municípios de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António</p> <p>Decreto-Lei 92/2008, de 03-06-2008, constitui a sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 91/2008, de 04-06-2008, aprova o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS) para o período de 2008-2013</p> <p>Directiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11-06-2008, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa</p> <p>Decreto-Lei 97/2008, de 11-06-2008, estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos</p> <p>Decreto-Lei 100/2008, de 16-06-2008, estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afectas exclusivamente ao interesse público do uso das águas</p> <p>Portaria 545/2008, de 27-06-2008, aprova o Regulamento para o Funcionamento das Zonas de Caça Municipais</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 104/2008, de 01-07-2008, visa promover a eficiência energética e ambiental nos transportes rodoviários de mercadorias por conta de outrem estimulando a renovação e o reequipamento das frotas</p> <p>Decreto-Lei 127/2008, de 21-07-2008, regula a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Janeiro, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes</p>
	Decreto-Lei 129/2008, de 21-07-2008, aprova o regime dos planos de ordenamento dos estuários

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
	Resolução do Conselho de Ministros 115-A/2008, de 21-07-2008, aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental
	Decreto-Lei 142/2008, de 24-07-2008, estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade
	Decreto-Lei 147/2008, de 29-07-2008, estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro
	Decreto-Lei 150/2008, de 30-07-2008, aprova o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental
	Portaria 736/2008, de 04-08-2008, Cria a zona de intervenção florestal da serra do Caldeirão-São Brás de Alportel
	Portaria 737/2008, de 04-08-2008, cria a zona de intervenção florestal da serra do Caldeirão-Tavira
	Decreto-Lei 173/2008, de 26-08-2008, estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/1/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Janeiro
	Decreto-Lei 182/2008, de 04-09-2008, estabelece o regime de implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico
	Portaria 1012/2008, de 05-09-2008, cria a zona de intervenção florestal Cumeadas (município de Alcoutim)
	Decreto-Lei 208/2008, de 28-10-2008, estabelece o regime de protecção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
	Despacho 27 660/2008 do SEPC / SEOTC, de 29-10-2008, criação de um grupo de trabalho que tem por missão a elaboração de um guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal para apoio ao processo de decisão na área da gestão dos riscos, abrangendo os vários tipos de riscos naturais e tecnológicos
	Decreto-Lei 214/2008, de 10-11-2008, estabelece o regime do exercício da actividade pecuária (REAP)
	Decreto-Lei 220/2008, de 12-11-2008, estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)
	Resolução da Assembleia da República 62/2008, de 14-11-2008, aprova o Protocolo de Revisão da Convenção sobre cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira) e o Protocolo Adicional, acordado a nível político durante a 2.ª Conferência das Partes da Convenção, realizada em Madrid em 19 de Fevereiro de 2008 e assinado em 4 de Abril de 2008
	Decreto Presidencial 147/2008, de 14-11-2008, ratifica o Protocolo de Revisão da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira) e o Protocolo Adicional, acordado a nível político durante a 2.ª Conferência das Partes da Convenção, realizada em Madrid em 19 de Fevereiro de 2008 e assinado em 4 de Abril de 2008
	Resolução do Conselho de Ministros 174/2008, de 21-11-2008, aprova o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Funcho e do Arade

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
	<p>Resolução do Conselho de Ministros 181/2008, de 24-11-2008, aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António</p> <p>Portaria 1473/2008, de 17-12-2008, cria a zona de intervenção florestal de S. Marcos da Serra Nordeste/Odelouca (município de Silves)</p> <p>Despacho 32 277/2008, de 18-12-2008, determina a Elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo</p> <p>Portaria 1492/2008, de 19-12-2008, cria a zona de intervenção florestal de Foupana (municípios de Castro Marim e de Alcoutim)</p> <p>Portaria 1508/2008, de 22-12-2008, cria a zona de intervenção florestal de Brenhosa (município de Castro Marim)</p>

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
3) Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	<p>Decreto-Lei 3/2008, de 07-01-2008, define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo</p> <p>Decreto-Lei 28/2008, de 22-02-2008, estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde</p> <p>Portaria 216-B/2008, de 03-03-2008, fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 49/2008, de 06-03-2008, aprova o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016)</p> <p>Portaria 230/2008, de 07-03-2008, define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares</p> <p>Portaria 232/2008, de 11-03-2008, determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 56/2008, de 26-03-2008, determina o lançamento da concessão do Algarve Litoral, tendo por objecto a requalificação da EN 125, a desenvolver pela EP - Estradas de Portugal, S. A., em regime de parceria público-privada</p> <p>Resolução da Assembleia da República 12/2008, de 26-03-2008, aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de Outubro de 2003</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 59/2008, de 01-04-2008, aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, para o período 2008-2012</p> <p>Decreto-Lei 75/2008, de 22-04-2008, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário</p>
	Decreto-Lei 83/2008, de 20-05-2008, estabelece os mecanismos de protecção e segurança da zona da estrada da estrada nacional n.º 125 (EN 125), definindo a respectiva zona non aedificandi e zonas de servidão acústica e de visibilidade, bem como fixando regras próprias de licenciamento dos acessos à via e de afixação de publicidade, aprovando o respectivo regime jurídico

Eixo Prioritário	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
	<p>Portaria 376/2008, de 23-05-2008, aprova o Regulamento da Atribuição de Apoios Financeiros pelas Administrações Regionais de Saúde, I. P., a Pessoas Colectivas Privadas sem Fins Lucrativos, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, designado por Programa Modelar</p> <p>Despacho 14 759/2008 do MFAP/ME, de 28-05-2008, é criada a equipa de projecto designada por equipa para o reordenamento e requalificação da rede escolar, abreviadamente identificada por REDESCOLAR, a qual funciona na dependência directa da Ministra da Educação, com enquadramento nos PO Regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 -2013</p> <p>Portaria 518/2008, de 25-06-2008, estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos</p> <p>Decreto-Lei 144/2008, de 28-07-2008, desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 122/2008, de 07-08-2008, cria uma comissão interministerial com o objectivo de desenvolver um plano de acção de valorização do património cultural de origem portuguesa</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros 162/2008, de 24-10-2008, aprova o Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado para o quadriénio de 2009-2012</p> <p>Portaria 1327/2008, de 18-11-2008, aprova o Regulamento de Programas de Apoio Financeiro a atribuir pela Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P. (ARSA), a pessoas colectivas privadas sem fins lucrativos</p> <p>Portaria 1487/2008, de 19-12-2008, aprova o Regulamento do Subsídio de Frequência de Creche e de Educação Pré-Escolar</p> <p>Portaria 1529/2008, de 26-12-2008, fixa os tempos máximos de resposta garantidos (TMRG) para o acesso a cuidados de saúde para os vários tipos de prestações sem carácter de urgência e publica a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do Serviço Nacional de Saúde</p>

Áreas específicas	Principais alterações nas políticas públicas, com impacto nas prioridades estratégicas definidas no Programa Regional
Recursos Humanos / Igualdade	<p>Resolução da Assembleia da República 1/2008, de 14-01-2008, aprova a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005</p> <p>Decreto-Lei 12/2008, de 17-01-2008, regulamenta o regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens em perigo</p> <p>Lei 14/2008, de 12-03-2008, proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro</p> <p>Lei 33/2008, de 22-07-2008, estabelece medidas de promoção da acessibilidade à informação sobre determinados bens de venda ao público para pessoas com deficiências e incapacidades visuais</p> <p>Portaria 925, de 18-08-2008, aprova o Regulamento do Programa «Integração Profissional de Médicos Imigrantes»</p>
	<p>Resolução do Conselho de Ministros 161/2008, de 22-10-2008, adopta medidas de promoção da transversalidade da perspectiva de género na administração central do Estado</p>
	<p>Decreto-Lei 229/2008, de 27-11-2008, cria o Observatório do Tráfico de Seres Humanos</p> <p>Portaria 1497/2008, de 19-12-2008, regula as condições de acesso, a organização, a gestão e o funcionamento dos cursos de aprendizagem, bem como a avaliação e a certificação das aprendizagens</p>

2.3 Legislação relevante publicada

A legislação identificada neste ponto abrange as publicações efectuadas durante o ano de 2008 e anos anteriores, de âmbito comunitário, nacional ou de natureza mais específica, com reflexos directos na implementação e execução da intervenção do PO Algarve 21.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
RCM 25/2006	10-03-2006	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e programas operacionais para o período de 2007-2013
Reg. (CE) 1080/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Reg. (CE) 1081/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Social Europeu
Reg. (CE) 1083/2006	11-07-2006	Estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Reg. (CE) 1084/2006	11-07-2006	Institui o Fundo de Coesão e revoga o Reg. (CE) n.º 1164/94
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	01-09-2006	Altera o Anexo IV relativo às "Categorias de despesas" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Adenda Reg. (CE) 1083/2006	21-12-2006	Altera o Anexo III relativo aos "Limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	02-02-2007	Nova alteração ao Anexo III (limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Rect. Reg. (CE) 1828/2006	15-02-2007	Apresentação de um conjunto de regras pormenorizadas relativas à administração dos instrumentos financeiros da coesão.
2007/C 68/06	24-03-2007	Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2007-2013 — Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional, aprovado pela Comissão em 7.2.2007
RCM 86/2007	03-07-2007	Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013.
DL 287/2007	17-08-2007	Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013
DL 312/2007	17-09-2007	Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais.
Desp. 23 021/2007	04-10-2007	SEOTC (19.09.2007): Aprova o lançamento, com carácter experimental e demonstrativo, de acções preparatórias com vista à eficaz implementação do instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação financiado pelos Programas Operacionais Regionais 2007-2013, no âmbito da Política das Cidades POLIS XXI
Com. Minist. Coord. QREN	04-10-2007	Aprova o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Saúde
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Requalificação da rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POVT	15-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR	06-11-2007	
Com. Minist. Coord. POFC e Com. Minist. Coord. POR	16-10-2007 13-12-2007	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
Port. 1462/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT). Alterada pela Portaria 711/2008, de 31 de Julho
Port. 1463/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME). Alterada pela Portaria 250/2008, de 4 de Abril
Port. 1464/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)
COCOF 07/0037/03 (remetida pelo IFDR via Ofício n.º 2580 de 30.06.2008)	29-11-2007	Orientações para a determinação das correcções financeiras a aplicar às despesas co-financiadas pelos fundos estruturais e pelo Fundo de Coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos
DL 2/2008	04-01-2008	Define o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, nos termos dos regulamentos comunitários aplicáveis, designadamente os Regulamentos (CE) n.os 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). (QREN). ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
RCM 2/2008	07-01-2008	Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). Revoga: a RCM 112/2007, de 21.8. QREN.
Desp. Norm. 4-A/2008	24-01-2008	Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis, no âmbito do co-financiamento pelo FSE, e pelos FEDER, FEADER e FEP, quando lhes seja aplicável.
RCM 22/2008	07-02-2008	Altera a RCM 67/2007, de 9.5, que cria a estrutura de missão Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, ao abrigo do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pelo DL 105/2007, de 3.4, que a republicou. (QREN).
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos
RCM 24/2008	13-02-2008	Cria a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-A/2008, de 11.04.
RCM 25/2008	13-02-2008	Cria as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN. Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-B/2008, de 11.04.
DL 37-A/2008	05-03-2008	Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). (QREN). Cfr. Port. 596-B/2008, de 8.7, e outras portarias publicadas no mesmo dia. ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
Port. 229-A/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas», ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável (...)
Port. 229-B/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) (...)
Port. 232-A/2008	11-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação das Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN).
Ofício-Circular IFDR n.º0001165	18-03-2008	Boas práticas em matéria de verificações que devem ser efectuadas pelas Autoridades de gestão nos projectos co-financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão
Deliberação sobre a contratualização com subvenção global (Aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais)	19-03-2008	Orientações para a contratualização com subvenção global entre as autoridades de gestão dos PO Regionais e as associações de municípios baseadas em NUTS III
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Energia
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Com. Minist. Coord. POR	01-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Port. 250/2008	04-04-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME).
Port. 286/2008	11-04-2008	Altera a Port. 1211/2006, de 13.11, que regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), ao abrigo do disposto no artigo 13.º do DL 326/99, de 18.8, e no artigo 8.º do DL 94/2006, de 29.5. Com republicação. QREN.
DL 68/2008	14-04-2008	Estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). NUTS.
DL 74/2008	22-04-2008	Altera e republica o Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais
Desp. 11 949/2008	28-04-2008	Estabelece o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos respectivos Programas Operacionais (PO).
RCM 72/2008	30-04-2008	Procede à primeira alteração às RCM 24/2008 e 25/2008, de 13 de Fevereiro, no sentido de clarificar o estatuto dos secretários técnicos das estruturas de missão dos programas operacionais e do Observatório do Quadro Referência Estratégico Nacional. (QREN).
RCM 75/2008	08-05-2008	Altera a RCM 155-A/2006, de 17.11, designando a estrutura de missão por ela criada para exercer, em acumulação e sem custos acrescidos, as funções de gestão a delegar pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Valorização do Território, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão para o domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos. QREN.
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	08-05-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	08-05-2008	Define as condições e o modo de reconhecimento de Estratégias de Eficiência Colectiva, bem como a tipologia de incentivos públicos e respectivas condições de atribuição.
Port. 357-A/2008	09-05-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. QREN. ALTERADA: pela Port. 496-A/2008, de 23.6; Port. 1229-A/2008, de 27.10, 1.º Supl.
Desp. 13 083/2008	09-05-2008	SEAAL (15.04.2008): Determina distribuição do contingente de estagiários a recrutar para a segunda edição do Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), pelas diferentes entidades, a que se refere o no n.º 1 do artigo 4.º do DL 94/2006, de 29.5. Autarquias. QREN.
DL 80/2008	16-05-2008	Define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN). [CCDR Algarve].
DL 81/2008	16-05-2008	Estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN).

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 14 439/2008	26-05-2008	Fixação das normas de transição a observar no sistema de auditoria e controlo do QCA III. Por força do disposto no n.º 6 do citado artigo 68.º, a transição entre o Observatório do QCA III e o Observatório do QREN produz efeitos mediante despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto ministro que tutela, simultaneamente, o Observatório do QCA III e do Observatório do QREN.
Desp. 14 759/2008	28-05-2008	É criada a equipa de projecto designada por equipa para o reordenamento e requalificação da rede escolar, abreviadamente identificada por REDESCOLAR, a qual funciona na dependência directa da Ministra da Educação, com enquadramento nos PO Regionais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007 -2013 e sediada em Faro.
COCOF 08/0020/03 (remetida pelo IFDR via e-mail em 04.06.2008)	29-05-2008	Nota de Orientações para a adopção de procedimentos simplificados na gestão de projectos submetidos a Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão 2007-2013
RCM 90/2008	03-06-2008	Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»
Norma IFDR n.º01/2008 – Processo de Certificação de Despesas	04-06-2008	Define os modelos padronizados e as condições específicas aos quais deve obedecer a prestação de informação a transmitir pelas Autoridades de Gestão à Autoridade de Certificação, no âmbito do processo de certificação de despesas.
IFDR/UCGO - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	05-06-2008	Definição de grandes projectos e conteúdo das decisões
Desp. 16.068/2008	12-06-2008	MFAP / MAOTDR (02.06.2008) Regula os aspectos complementares do circuito financeiro do FEDER e do Fundo de Coesão, dotando-o de regras claras e de aplicação inequívoca a todas as entidades que intervêm nas funções de gestão e de pagamento.
D. Reg. 13/2008	18-06-2008	Altera o D. Reg. 84-A/2007, no que se refere a prazos
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no IAPMEI, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros celebrado entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Instituto do Turismo de Portugal, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no Turismo de Portugal, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico - IAPMEI, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Instituto do Turismo de Portugal, IP no	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Turismo de Portugal, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN

Diploma	Data de Publicação	Resumo
âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN		
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a AIECEP, EPE no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – AIECEP, EPE no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a Agência de Inovação, SA no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Agência de Inovação, SA no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	02-07-2008	Aprova o Regulamento do SAPFRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Desp. 18 120/2008	07-07-2008	QCA III / QREN 2007-2013: Estabelece a relação nominativa do pessoal que transita da Estrutura de Apoio Técnico do POEFDS para a Estrutura de Missão do POPH.
Desp. 18 223/2008	08-07-2008	QREN 2007-2013: Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18223/2008 a n.º 18235/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro, in: D.R. N.º 130/2008, Série II, de 8 de Julho: . Despacho n.º 18223/2008 - Aprovação do Regulamento Específico que Define o Regime de Acesso aos Apoios Concedidos no Âmbito da Tipologia de Intervenção n.º 2.3, «Formações Modulares Certificadas», do Eixo n.º 2» (implica Transição entre o QCA III e o QREN); (...)
Port. 596-B/2008	08-07-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.4.1, «Apoio à Gestão das Intervenções Territoriais Integradas», da medida n.º 2.4, «Intervenções territoriais integradas», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, ao abrigo do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN). (...)
Desp. 18.348/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Assunção das responsabilidades inerentes ao Programa Operacional Regional do Algarve do QCA III pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve do QREN.
Desp. 18.349/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Nomeação da secretária técnica coordenadora do Programa Operacional Regional do Algarve responsável pela coordenação geral e acompanhamento das questões transversais.
Desp. 18 359/2008	09-07-2008	Governo / QREN 2007-2013 / Legislação-base / Emprego e Formação profissional / Fundos Estruturais / FSE / Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18359/2008 a n.º 18370/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro - D.R. n.º 131, Série II de 2008-07-09: Despacho n.º 18359/2008 - Aprovação do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de Intervenção 5.2 «Estágios Profissionais», (...)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	15-07-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico da Saúde
Port. 711/2008	31-07-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT).

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Anúncio 719/2008	19-08-2008	Governo / IFDR / QREN / Sistema de Informação / Anúncio de Concurso - Anúncio de Concurso n.º 719/2008 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Descrição/objecto do concurso: Aquisição de serviços para produção de anúncio de televisão para promoção institucional da marca QREN, nos termos e condições definidos no programa de concurso e no caderno de encargos.
DL 175/2008	26-08-2008	Cria o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER celebrado entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, no domínio da Agenda dos Factores de Competitividade	02-10-2008	Regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-10-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC
Norma IFDR nº2/2008 Sistema Contabilístico de Dívidas	16-10-2008	Institui o Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão, que visa assegurar toda a informação necessária ao acompanhamento individual de cada um dos processos de dívida por parte das Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, da Entidade Pagadora FEDER e do Fundo de Coesão e das Entidades Pagadoras dos Programas Operacionais.
Desp. 26 194/2008	20-10-2008	Nomeação dos coordenadores de unidade do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 26 863/2008	23-10-2008	Pessoal que transita para o Secretariado Técnico do PO Regional do Algarve do QREN.
Orientações Técnicas - IFDR/02/2008 - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	27-10-2008	Publicação da lista de beneficiários - sistematiza o formato, a forma e a periodicidade da informação, a publicar por operação, relativa aos dados dos beneficiários de fundos comunitários
Desp. 27 671/2008	29-10-2008	Presidente da CCDDR Algarve (17.10.2008): Delegação de competências na Directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, para Outorgar em nome da CCDDR - Algarve contratos ou outros acordos que interessem à prossecução das suas atribuições no âmbito do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	19-11-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Norma IFDR nº 3/2008 - Procedimento de Contingência do registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão	12-12-2008	Identifica os aspectos operacionais do procedimento de contingência adoptados pelo IFDR no âmbito do sistema de informação e de identificação dos elementos de informação e registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	31-12-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento do SAPFRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

3. ANÁLISE DO PROGRESSO DO PROGRAMA OPERACIONAL

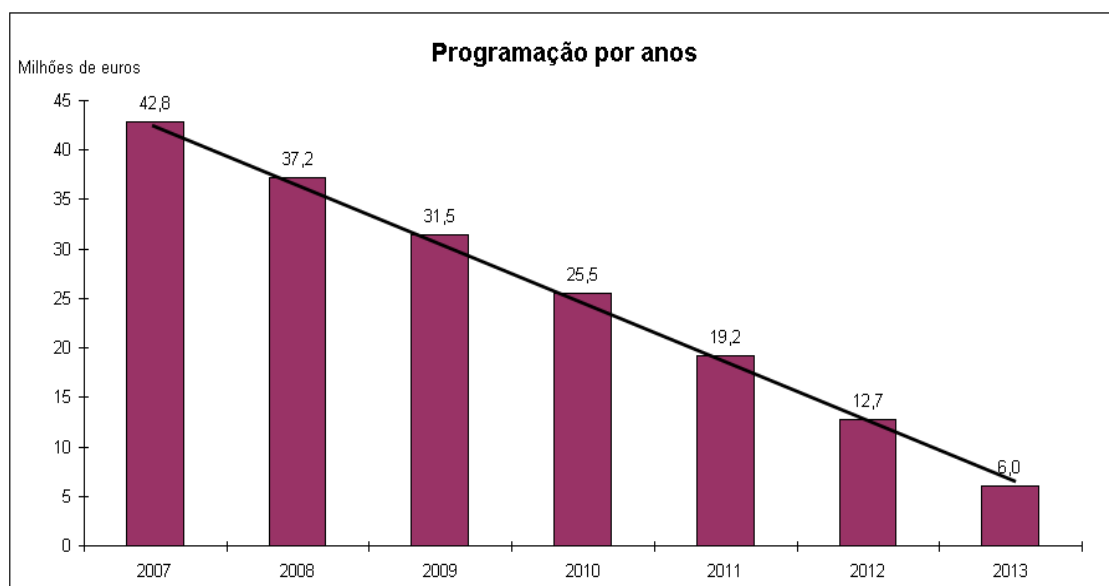
3.1 – Execução financeira do Programa Operacional

No período de programação 2007-2013, o Algarve entrou em situação de “phasing out” do Objectivo “Convergência” por ter ultrapassado 75% do PIB médio da UE 25, o que determinou uma redução da dotação atribuída em relação ao período de programação anterior (2000 – 2006).

Os valores globais acumulados até final de 2013 previstos na Decisão do Programa C (2007) 5067 de 10/10/2007, ascendem aproximadamente a 175 milhões de Euros de dotação FEDER, a que corresponde um investimento total previsto que ultrapassa os 352 milhões de Euros.

Os montantes previstos na programação aprovada para os anos 2007/2008 ascendem a 80 milhões de Euros FEDER, único fundo estrutural previsto no Programa no período de programação 2007-2013, o que representa um montante sensivelmente idêntico ao que faltava executar durante o ano 2008 e 1º semestre de 2009, para concluir a programação do QCA III (2000 – 2006)

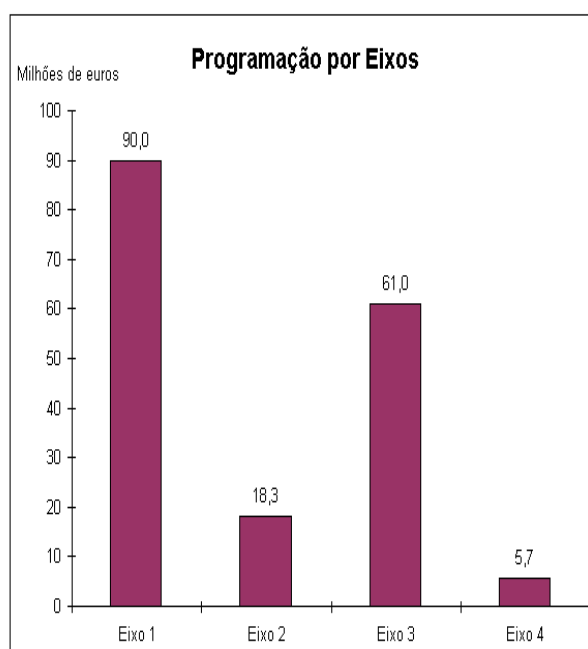
Gráfico 1



Dos 3 Eixos do PO Algarve 21, o **Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento** é o que apresenta maior dotação, cerca de 90 milhões de Euros que correspondem a mais de 50% da comparticipação comunitária total atribuída ao Programa.

Neste Eixo está previsto o *apoio à competitividade e inovação de empresas e ao reordenamento das actividades económicas*, através de sistemas de incentivos e acções de melhoria da envolvente para inovação empresarial, de valorização do cluster turismo e lazer de modernização e qualificação da Administração Pública através de Sociedade do Conhecimento, entre outras. (*Quadro I, em anexo*)

Gráfico 2



Os **Eixos 2 – Protecção e Qualificação Ambiental** e **3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano** representam respectivamente 11% e 35% do total da programação do PO Algarve 21. (*Gráfico 2*)

Durante o ano 2008 foram abertos 29 concursos em 8 Regulamentos Específicos (25 no Eixo 1, 1 no Eixo 2, 2 no Eixo 3 e 1 no Eixo 4) – *Quadro I em anexo*.

Durante o ano estiveram abertos 40 concursos com um montante de FEDER de 41,8 Milhões de Euros. Destes, 36 tinham encerrado até ao final do ano e 26 tinham sido decididos dando origem a aprovações no valor de 15 Milhões de Euros em 44 candidaturas.

Conforme o *Quadro II em anexo*, das 181 candidaturas apresentadas (submetidas), cerca de 77 tinham sido admitidas até ao final do ano o que representava uma taxa de admissibilidade geral do programa de 42,5%. Cerca de 57% das candidaturas admitidas tinham sido aprovadas em 31/12/2008, e destas 73% tinham sido contratadas (100% no Eixo 3). O valor de investimento elegível médio por candidatura aprovada ronda os 800 mil Euros no Programa, registando-se o valor mais significativo no Eixo 3 com 1,85 Milhões de Euros por candidatura.

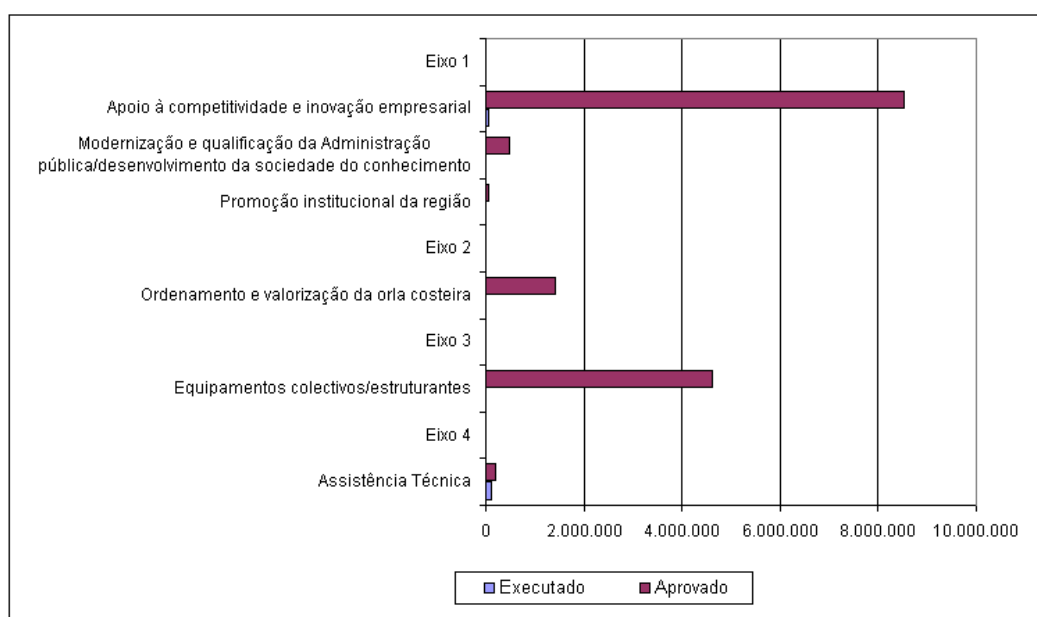
Em 31/12/2008, o Programa tinha **aprovado** projectos num montante de 46,6 milhões de Euros de investimento ao qual corresponde cerca de 15,3 milhões de comparticipação FEDER.

Estas aprovações correspondem a uma taxa de compromisso das dotações do Programa de 9%, a qual ascende no Eixo 1 a 10,1% (*Quadro III em anexo*).

Dado que grande parte dos concursos abertos foram fechados já no 2º semestre do ano, decorrendo já perto do final do ano, os processos de contratação, não foi possível contar com uma **execução** muito expressiva durante o ano 2008.

Efectivamente apesar de terem ocorrido aprovações em todos os Eixos, apenas se registou execução nos Eixos 1 (Sistemas de Incentivos) e 4 (Assistência Técnica) até ao final de 2008.

Foi assim apenas executado 1,1% dos montantes aprovados a 31/12/2008, sendo a taxa de realização mais significativa a registada na Assistência Técnica (Eixo 4) onde representou 54,5%.



A despesa validada no final do ano representava 1,5 % dos montantes contratados.

Os pagamentos aos beneficiários efectuados até 31/12/2008 representavam cerca de 1,1 % do aprovado no Programa.

À data da realização da Comissão de Aconselhamento Estratégico (22/05/2009), a taxa de contratação situava-se perto dos 56% e a despesa validada (Execução) representava 30% dos montantes contratados.

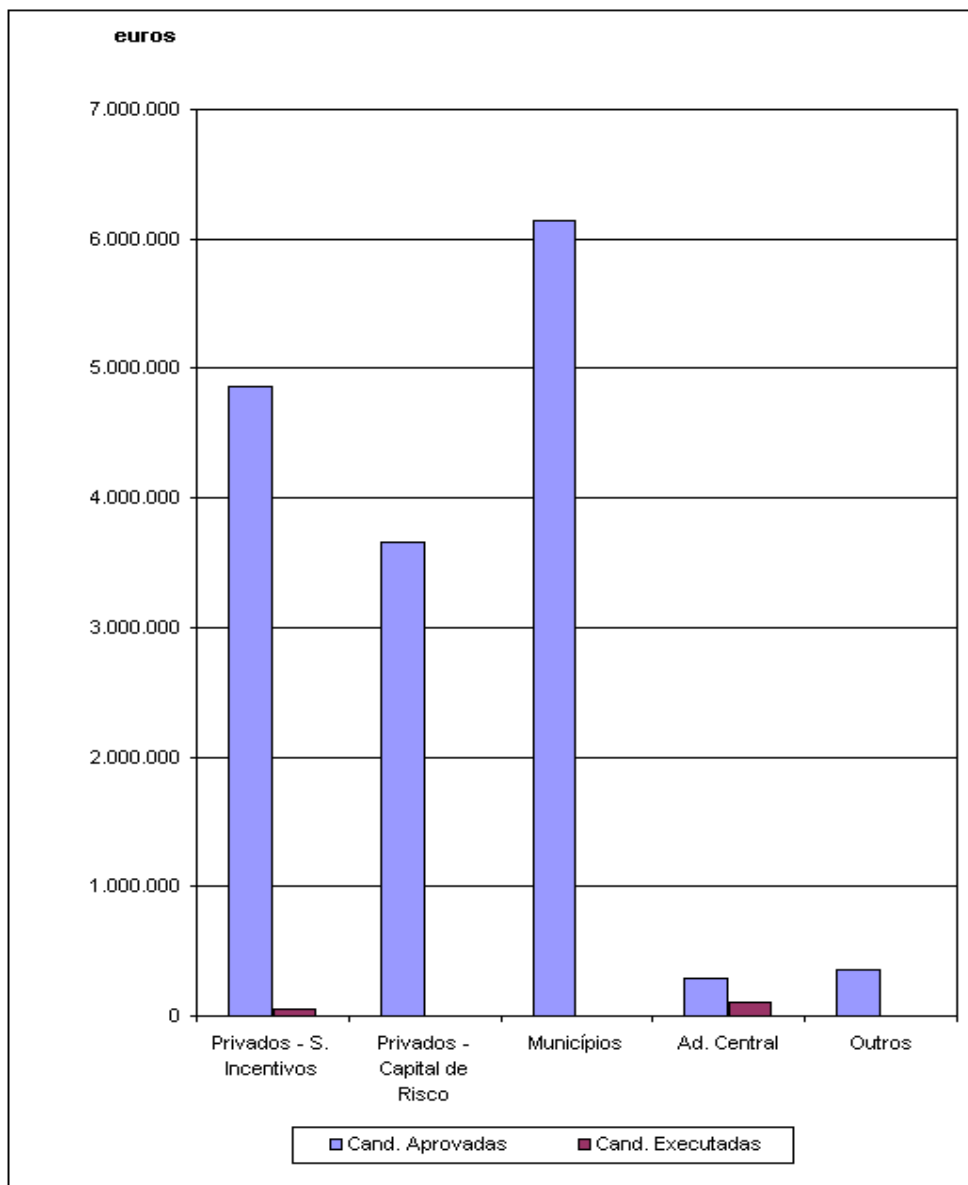
O *Quadro V em anexo* apresenta as aprovações e a execução do Programa por **Tema Prioritário** a 31/12/2008. A previsão efectuada no texto da Decisão do Programa relativamente às despesas de “*earmarking*”, ou seja que contribuem para a Estratégia de Lisboa, ascendia a 67% das despesas totais programadas. Analisando os resultados obtidos com base na situação a 31/12/2008, verifica-se que cerca de 86,38% dos projectos aprovados estão inseridos em temas prioritários de “*earmarking*”, ou seja um peso claramente acima do previsto.

No que respeita à execução esse peso é de cerca de 35%, embora se considere esta variável pouco expressiva nesta fase.

A leitura dos *Quadros VI, VII e VIII* permite ainda concluir que:

- 36 das 44 candidaturas, ou seja 61% do FEDER, foram aprovadas através de **ajudas não reembolsáveis** e apenas 39% em **ajudas reembolsáveis**;
- 32 das 44 candidaturas, correspondendo a 58% do FEDER, foram aprovadas em concelhos classificados como “**aglomeração urbana**” e apenas 10% em **zonas rurais** ou regiões de fraca ou muito fraca densidade populacional;
- Finalmente, a **CAE** da “Educação” registou um maior montante FEDER comprometido (30% das aprovações) seguida das “Actividades associadas ao Ambiente” (9,3%), das “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (8,4%) e das “Indústrias transformadoras diversas” (8,1%).

Aprovações e execução por tipologia de beneficiário



A leitura do gráfico supra permite concluir que as *empresas privadas* no âmbito dos sistemas de incentivos ou do capital de risco absorveram a maioria dos fundos aprovados no Programa (montante global superior a 8 milhões de Euros de dotação FEDER). Os *municípios* aprovaram cerca de 6 milhões de Euros e as entidades de *Administração Pública Central* e *Outros* registaram ainda, nesta fase, montantes pouco significativos de aprovações.

3.2 – Execução financeira por Eixos Prioritários

Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

No âmbito do Eixo 1 foram operacionalizados Regulamentos Específicos nas áreas do *Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas*, da *Modernização e Qualificação da Administração Pública* e da *Promoção Institucional da Região*. Os regulamentos específicos associados às outras áreas de intervenção, apesar de já aprovados, não deram ainda origem à abertura de concursos durante o ano de 2008.

No Eixo 1 registaram-se 134 candidaturas entradas das quais 49 foram admitidas e 33 aprovadas num montante de 27,5 milhões de Euros de investimento, envolvendo cerca de 9 milhões de Euros FEDER. Cerca de 70% das candidaturas aprovadas tinham sido contratadas até ao final do ano (*Quadro II*).

Área de Intervenção: Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas

Na Área de Intervenção *Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas*, estiveram abertos em 2008 um número total de 32 concursos, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, e foi formulado um convite à apresentação de candidaturas no âmbito do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI).

Foram apresentadas, até final de 2008, 113 candidaturas, tendo sido admitidas apenas 36. Destas, foram aprovados 25 projectos, envolvendo um investimento total elegível de 22,3 milhões de euros e um apoio comunitário de 8,5 milhões de euros.

Dos 25 projectos aprovados, 1 insere-se no quadro da engenharia financeira e corresponde a uma candidatura referente às Linhas de Crédito PME Investe I e II, no âmbito do SAFPRI. Esta candidatura foi apresentada no 4º trimestre de 2008, com um investimento total elegível de 13,1 milhões de euros e uma comparticipação comunitária FEDER de 3.7 milhões de euros.

Os restantes 24 projectos reportam-se especificamente aos Sistemas de Incentivos às empresas, onde o investimento médio por projecto aprovado ronda os 381 mil euros.

Comparando o número de candidaturas admitidas (36) com as apresentadas (113), temos uma *taxa de admissibilidade* de 31,9%.

Não corresponder a uma despesa mínima elegível, não corresponder a uma tipologia elegível de projectos a apoiar ou ter início, em termos de execução física, em momento anterior à data da candidatura/notificação prévia, são alguns exemplos de razões de não admissibilidade detectadas nas candidaturas aos sistemas de incentivos.

Numa apreciação qualitativa, verificamos que a baixa taxa de admissibilidade nos sistemas de incentivos teve por base, fundamentalmente, os seguintes aspectos:

- Alteração da arquitectura dos sistemas de incentivos entre o QCA III e o QREN. Enquanto no período de programação anterior uma candidatura podia combinar investimento produtivo e não produtivo, no actual período de programação existe um sistema de incentivos direccionado para o investimento produtivo (SI Inovação) e outro direccionado para o investimento não produtivo (SI Qualificação PME).
- Lentidão própria na compreensão, por parte dos promotores/consultores, das novas regras de acesso aos sistemas de incentivos.
- Demora natural na estabilização e na formação técnica da equipa responsável pelos esclarecimentos a promotores/consultores e pela divulgação dos sistemas de incentivos em sessões públicas, bem como pela adequada publicitação dos mesmos na Internet.

Estes aspectos tiveram reflexos, nomeadamente, na apresentação de grandes volumes de despesas não elegíveis por parte dos promotores/consultores por motivo de deficientes leituras dos documentos de enquadramento.

Em contrapartida, relacionando o número de candidaturas aprovadas (25) com as admitidas (36), obtém-se uma *taxa de aprovação* de 69,4%. Por outro lado, e tendo presente o número de contratos assinados (18) face aos projectos aprovados (25), a *taxa de contratação* situava-se nos 72%.

A execução financeira no final de 2008 apresentava valores ainda relativamente baixos, que se cifravam em 59 mil euros FEDER, resultando numa diminuta *taxa de execução financeira* de 0,1%, o mesmo sucedendo com a *taxa de realização* de 0,7%.

A comparticipação comunitária paga aos promotores ascendia em 31/12/2008 apenas a 59 mil euros, uma vez que o pagamento feito por conta, ao projecto SAFPRI – Linhas de Crédito PME Investe I e II, no valor de 3,6 milhões de euros, embora autorizado em 31/12/2008, apenas entrou na conta do beneficiário em Janeiro de 2009.

Deste modo, e relacionando os montantes FEDER das candidaturas aprovadas com o correspondente valor total previsto na programação para o horizonte 2007-2013, temos uma taxa de compromisso FEDER de 14,2%.

Em termos de adequação às despesas “*earmarking*”, todos os projectos aprovados na Área de Intervenção “*Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas*” concorrem para essa categorização.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, a maioria dos projectos aprovados (16) encaixa-se nas categorias “*Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação e Outros investimentos em empresas*”. De salientar também a inserção de alguns projectos (4) na categoria “*Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME*”.

Quanto ao projecto SAFPRI – Linhas de Crédito PME Investe I e II, contribui para a categoria “*Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME*”.

Área de Intervenção: *Modernização e Qualificação da Administração Pública*

Na área da *Modernização e Qualificação da Administração Pública*, foi encerrado em Março de 2008 um processo de concurso associado ao *Sistema de Apoio à Modernização Administrativa*.

Foram apresentadas a concurso 13 candidaturas, das quais 3 não foram admitidas. Das restantes 10, uma foi alvo de desistência por parte do promotor, 4 não aprovadas e 5 aprovadas com um investimento total elegível de aproximadamente 865,5 mil euros e uma comparticipação comunitária de 481,6 mil euros.

O valor FEDER aprovado representou cerca de 48% do montante colocado a concurso, a taxa de admissibilidade rondou os 70% e a taxa de aprovação situou-se nos 56%.

Até ao final do ano 2008 nenhuma das candidaturas aprovadas iniciou a sua execução.

De referir que a totalidade destas aprovações contribuem para o tema prioritário *Sociedade de informação*.

Área de Intervenção: *Promoção Institucional da Região*

Durante o ano de 2008 esteve aberto um concurso no âmbito da tipologia de operações – *Promoção e Capacitação Institucional*. Este concurso teve como objectivo a aprovação de candidaturas com vista à elaboração de Programas de Acção, a serem posteriormente submetidos a um reconhecimento formal enquanto Estratégia de Eficiência Colectiva – EEC, no domínio PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos).

No concurso para a Promoção e Capacitação Institucional foram apresentadas 8 candidaturas, das quais 4 foram admitidas. Destas, 3 foram aprovadas e contratadas durante 2008, sem no entanto se verificar execução durante este ano.

As candidaturas aprovadas representaram um investimento total elegível de 97 mil euros com um financiamento associado de 63 mil euros, contribuindo directamente para o tema prioritário *Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local*.

Em Outubro de 2008, foi aberto o concurso para o reconhecimento formal das Estratégias de Eficiência Colectiva, prevendo-se que a decisão sobre o mesmo ocorra no primeiro semestre de 2009.

Eixo 2 – Protecção e Qualificação Ambiental

O Eixo 2, representa 11% do total da programação do PO Algarve 21. Até 31/12/2008, foram apresentadas 20 candidaturas, foram admitidas 12 e aprovadas 5 com um montante de 4,6 milhões de Euros de investimento total e uma comparticipação FEDER de 1,4 milhões de Euros (*Quadro II*). A taxa de compromisso do Eixo atingia assim os 7,8 % (*Quadro III*).

Durante o ano de 2008, foram operacionalizadas as seguintes Áreas de Intervenção:

- *Ordenamento e Valorização da Orla Costeira;*
- *Estímulo à Redução, Reutilização e Reciclagem de Resíduos.*

Área de Intervenção: *Ordenamento e Valorização da Orla Costeira*

Nesta área de intervenção foi aberto um concurso no âmbito da tipologia “**Acções de Valorização do Litoral**” em Dezembro de 2007, com uma dotação de 1,2 milhões de Euros.

Foram submetidas 11 candidaturas com um custo total de 8,7 milhões de Euros, das quais 5 não reuniram as condições de admissibilidade, registando-se uma taxa de admissibilidade de 54,5%.

A não admissibilidade de 4 candidaturas resulta do não enquadramento nas tipologias definidas no aviso, ou da ausência de requisitos obrigatórios previstos no Regulamento (possuírem projecto técnico ou deficiente formalização).

Após análise do mérito das operações admitidas, 1 candidatura obteve parecer desfavorável na sequência do parecer negativo do sector do Litoral e Ordenamento do Território e as restantes 5 foram aprovadas pela Comissão Directiva. As aprovações atingem um investimento total de cerca de 2,4 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 1,4 milhões Euros (*Quadro IV*).

Relacionando o número de candidaturas aprovadas (5) com as admitidas (6), obtém-se uma taxa de aprovação de 83,3% (*Quadro II*).

A 31-12-2008 encontravam-se assinados 3 contratos nesta tipologia de operações, o que representa uma taxa de contratação de 60%.

Área de intervenção: *Optimização da Gestão de Resíduos*

Nesta área de intervenção foi aberto um concurso que decorreu de 14-03-2008 a 16-05-2008, para apresentação de candidaturas da tipologia “**Optimização da Gestão de Resíduos**”. Efectuou-se a análise das 9 candidaturas entradas com um custo total de 6,8 milhões de Euros, das quais 6 foram admitidas, atingindo-se 66,7% da taxa de admissibilidade.

As operações não admitidas (3) não reuniam as condições de admissão e aceitação definidas no regulamento específico (ausência de procedimentos lançados e deficiente formalização).

Foram propostas para aprovação da Comissão Directiva 5 candidaturas. Este concurso foi no entanto suspenso para reanálise da prioridades regionais que devem ser apoiadas nesta área.

Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano

O Eixo 3, representa 35% do total da programação do POAlgarve 21. Até 31/12/2008, foram abertos no Eixo 3, concursos no valor de 12 milhões de Euros, nos quais foram admitidas 15

candidaturas e aprovadas 5, ou seja 45,5 % (taxa de aprovação – *Quadro II*). A taxa de compromisso no final do ano situava-se em 7,58% (*Quadro III*).

Durante o ano 2008, operacionalizaram-se concursos no âmbito de 3 Áreas de Intervenção:

- *Parcerias para a Regeneração Urbana*
- *Competitividade da Rede Urbana Regional*
- *Equipamentos Colectivos / Estruturantes*

Área de Intervenção: *Parcerias para a Regeneração Urbana*

O concurso aberto para a tipologia “**Parceria para a Regeneração Urbana**” a 21-12-2007 encerrou a 21-04-2008. A dotação orçamental do aviso era de 4 milhões de Euros e deram entrada 6 candidaturas com um investimento proposto de aproximadamente 42,5 milhões de Euros.

Ocorreu uma desistência e analisaram-se 5 candidaturas, tendo sido admitidas 3, o que representa uma taxa de admissibilidade de 60%. As 2 candidaturas não admitidas não dispunham do Protocolo de Parceria Local assinado nos termos previstos no Regulamento. No final do ano, este concurso encontrava-se na fase de análise de mérito pelos peritos externos.

Após o encerramento do concurso para apresentação das candidaturas, foi aprovado o enquadramento para as Estratégias de Eficiência Colectiva. Este enquadramento viabilizava um tratamento preferencial, ao nível dos sistemas de incentivos, às actividades económicas de comércio e serviços situadas em áreas que se enquadrem no âmbito de uma Parceria para a Regeneração Urbana.

Foi decidido pelos membros da Comissão Directiva avançar com a análise de mérito das operações e apenas solicitar aos promotores cujas candidaturas venham a ser aprovadas que as complementem com essa dimensão económica.

Área de Intervenção: *Competitividade da Rede Urbana Regional*

Relativamente à tipologia “**Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação**”, o concurso decorreu entre 14-03-2008 e 06-10-2008. Foi apresentada apenas uma candidatura com um montante de 14,9 milhões de Euros, a qual foi admitida após análise das respectivas condições previstas.

Área de Intervenção: Equipamentos Colectivos/Estruturantes

Em 2008 remeteu-se para aprovação da Comissão de Acompanhamento, através do procedimento de Consulta Escrita, os novos critérios de selecção do Regulamento Específico **“Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e da Educação Pré –Escolar”**, alterados pelo Ministério da Educação no seguimento das primeiras reuniões das Comissões de Acompanhamento dos PO Regionais.

O concurso para esta tipologia teve início a 14-03-2008 e encerrou a 14-07-2008 e registou o maior número de candidaturas (19) com um montante de 27 milhões de Euros de investimento previsto.

Registou-se uma desistência e 7 candidaturas não reuniram as condições de admissibilidade (ausência de pareceres – GEPE ou Carta Educativa e deficiente formalização), registando-se uma taxa de admissibilidade de 58%. Após a análise do mérito, 5 projectos foram propostos para aprovação e 1 para reprovação. Os projectos aprovados, atingem o montante de 9,3 milhões de Euros de investimento e uma comparticipação FEDER de 4,6 milhões de Euros.

A 31-12-2008, encontravam-se assinados todos os contratos, o que representa uma taxa de contratação de 100%.

Eixo 4 – Assistência Técnica

O Eixo 4 é composto apenas por uma Área de Intervenção. Durante o ano 2008 foi aberto apenas um concurso onde foi aprovada a candidatura de Assistência Técnica do Programa (Gestão), num montante de 360 mil Euros de investimento e 203 mil euros de FEDER.

As taxas de admissibilidade, aprovação e contratação situavam-se nos 100% no final do ano. Este Eixo, juntamente com o Eixo 1, foram os únicos a registar execução. A despesa validada atingia os 125 mil Euros (taxa de realização = 55%).

A análise mais detalhada da execução da tipologia “Assistência Técnica” é efectuada no ponto 3.9 deste Relatório.

3.3 - Fluxos financeiros do Programa Operacional

Tal como previsto no Artº 82º do Reg. (CE) nº 1083/2006, a Comissão Europeia, na sequência da aprovação da Decisão do Programa (Outubro 2007) enviou em Novembro de 2007, o pré-financiamento de cerca de 3,5 milhões de Euros correspondente a 2% da participação dos fundos no Programa Operacional. (*Quadro IX em anexo*)

A segunda tranche do pré-financiamento (3%) conforme previsto, já foi paga em 2008 (30/04/2008).

Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (31-12-2008)

unid: euro

Fundo	Pagamentos aos Beneficiários			Montante acumulado	Pagamentos da Comissão			Taxa*
	Organismo responsável	Montante	Data **		Montante	Data	Montante acumulado	
FEDER	IFDR	110.606	31-12-2008		3.499.040	09-11-2007		
	IAPMEI	59.411	18-11-2008		5.248.560	30-04-2008		
	TP	0	-					
	Total 2008	170.017		170.017	8.747.600		8.747.600	2%
	TOTAL Geral	170.017		170.017	8.747.600		8.747.600	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE (calculada para total de valores acumulados)

** Data do último pagamento efectuado.

O organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, designado pelo Estado Membro é o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), o qual dispõe de acordo com este estatuto, das verbas respeitantes ao PO Algarve 21. Nas situações de contratualização, como é o caso dos Sistemas de Incentivos, são as entidades contratualizadas (organismos intermédios) que efectuam os pagamentos aos beneficiários.

Durante o ano 2008, foram pagos aos beneficiários, pelos Organismos Intermédios no Eixo 1 (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação - IAPMEI e Turismo de Portugal), cerca de 59 mil Euros. Foi pago pelo IFDR aos beneficiários por ordem da Gestão do Programa a verba de 110.606 Euros FEDER à Assistência Técnica.

Registaram-se aprovações e execução no Programa durante o ano 2008, embora não tenha ainda sido efectuada certificação de despesas à Comissão Europeia.

3.4 – Execução Física

Conforme já foi referido, o atraso na aprovação do Programa (Outubro 2007) determinou uma operacionalização tardia dos instrumentos necessários à aprovação de candidaturas o que explica, em larga medida, o número baixo de aprovações durante o ano 2008 e a limitação da execução física e financeira.

a) Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

O Eixo 1 foi o que registou maior número de aprovações, 33 candidaturas, repartidas pelas seguintes áreas de operação:

- 24 candidaturas de apoio à competitividade e inovação das empresas;
- 1 candidatura no sistema de apoio ao financiamento e partilha de risco da inovação (SAFPRI)
- 5 candidaturas de Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade de Conhecimento (SAMA);
- 3 candidaturas de Promoção Institucional da Região (referentes às acções preparatórias do PROVERE)

Das 24 candidaturas aprovadas nos Sistemas de Incentivos, 17 são de apoio directo ao investimento das PME, 3 das quais foram de apoio a novas empresas (start-up).

Dessas 17 candidaturas, 5 dizem respeito à área do Turismo, 3 são de I&DT e 6 integram-se na área prioritária da Sociedade de Informação.

Candidaturas apoiadas nos sistemas de incentivos	Turismo	I&DT	Sociedade de informação	Apoio directo ao investimento das PME	
				Total	N.º de novas empresas (start-up) apoiadas
24	5	3	6	17	3

No SAFRI foi aprovada uma candidatura que abrange 73 PME.

No SAMA foram aprovadas 5 candidaturas, 1 referente loja do município em Faro e as restantes que contribuem para a disponibilização de 33 *serviços on-line orientados para empresas*.

Neste Eixo apenas o indicador “Parques empresariais e tecnológicos” apoiados não registava ainda aprovações no final de 2008. Nos restantes indicadores, as aprovações registadas deixavam antever o cumprimento das metas previstas para 2010.

	Indicadores de Realização	Unidade	Sit. partida / referência	Metas	Até 31-12-2008	
				2010	Aprovação	Grau de concretização
				(a)	(b)	(b)/(a)
EIXO 1 - Competitividade, inovação e conhecimento	Projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer	Nº	0	30	5	17%
	PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO	Nº	0	50	73	146%
	Parques empresariais e tecnológicos apoiados	Nº	0	1	0	0%
	Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Nº	0	20	33	165%

b) Eixo 2 – Protecção e Qualificação Ambiental

Neste Eixo prioritário, só se registaram aprovações na tipologia “Acções de Valorização do Litoral”, tendo sido aprovadas 5 candidaturas, no âmbito das quais se assinalam 4 *intervenções de valorização da orla costeira*, contribuindo para um aumento da proporção da orla valorizada de cerca de 3%. Foi igualmente aprovada 1 candidatura de natureza imaterial.

	Indicadores de Realização	Unidade	Sit. partida / referência	Metas	Até 31-12-2008	
				2010	Aprovação	Grau de concretização
				(a)	(b)	(b)/(a)
EIXO 2 - Protecção e qualificação ambiental	Intervenções de valorização da orla costeira apoiadas (planos de praia e de intervenção previstos nos POOC)	Nº	0	30	4	13%
	Acções imateriais promotoras de boas práticas ambientais apoiadas, de abrangência supramunicipal	Nº	0	20	1	5%

O grau de concretização era ainda baixo no final de 2008.

c) Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano

À semelhança do Eixo anterior, também no Eixo 3, só houve aprovações numa tipologia de operação, a “Requalificação da rede escolar”, tendo sido aprovadas 5 novas escolas básicas do 1º ciclo. Dos 1840 alunos que foram beneficiados pela criação destas escolas, 1104 estão integrados no regime lectivo normal, o que representa um *acréscimo de cerca de 6% de alunos integrados neste regime* face ao universo de 19 586 alunos inscritos na EB1 (dados referentes ao ano lectivo 2008/2009).

	Indicadores de Realização	Unidade	Sit. partida / referência	Metas	Até 31-12-2008	
				2010	Aprovação	Grau de concretização
				(a)	(b)	(b)/(a)
EIXO 3 – Valorização territorial e Desenvolvimento Urbano	Escolas do pré-escolar e EB1 intervenionadas	Nº	0	15	5	33%
	Nº de projectos estratégicos para a competitividade da rede urbana	Nº	0	4	0	0%
	Extensão dos troços rodoviários (novos ou existentes) intervenionados	Km	0	20	0	0%
	Projectos integrados (componentes física, social e económica) de regeneração urbana apoiados	Nº	0	2	0	0%
	Projectos integrados (componentes física, social e económica) de reabilitação urbana apoiados nas áreas de baixa densidade	Nº	0	3	0	0%

Apesar de 4 dos 5 indicadores apresentarem ainda um grau de concretização nulo, tendo em consideração os processos em curso a 31/12/2008 (concursos em fase de análise de mérito) é possível antever que esta situação se alterará significativamente no 1º semestre de 2009.

d) Eixo 4 – Assistência Técnica

Durante o ano 2008, foi aprovada uma candidatura de assistência técnica. Atendendo ao indicador previsto para este eixo, podemos dizer que todas as *candidaturas* apresentadas ao PO Algarve 21 foram *submetidas “on-line”*, o que significa uma realização efectiva a 31/12/2008 de 100%, neste Eixo.

	Indicadores de Realização	Unidade	Sit. partida / referência	Metas	Até 31-12-2008	
				2010	Aprovação	Grau de concretização
				(a)	(b)	(b)/(a)
EIXO 4 – Assistência Técnica	Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa	%	0	60	100	167%

O grau de concretização das metas para 2010 tinha já sido ultrapassado no final de 2008.

3.5 – Instrumentos de Engenharia Financeira

Em paralelo e complementarmente aos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, os Programas Operacionais do Algarve, de Lisboa e o PO Factores de Competitividade, previram a possibilidade de criação de mecanismos complementares de financiamento e de partilha de risco da inovação.

Estes instrumentos financeiros pretendem contribuir para que as empresas, em particular as mais novas e de menor dimensão, desenvolvam as suas estratégias de inovação, de crescimento e de internacionalização, num quadro em que a envolvente financeira potencie o desenvolvimento dessas estratégias.

Nesse contexto, foi criado o Regulamento do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI), após a aprovação em 2 de Julho de 2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Factores de Competitividade e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

Aí se estabelece que o SAFPRI será concretizado utilizando como veículo preferencial o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação - FINOVA.

Nesse seguimento em 26 de Agosto de 2008 e a coberto do Decreto-lei nº 175/2008 foi criado o FINOVA, estabelecendo o referido diploma que a empresa PME Investimentos, SA., detida maioritariamente por entidades públicas, será a entidade gestora deste Fundo financeiro

Neste âmbito e no seguimento da assinatura dos Protocolos entre as Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade, dos PO Regionais de Lisboa e Algarve, Instituições de crédito e Sociedades de Garantia Mútua, entrou em vigor em Julho de 2008 a Linha de Crédito PME Investe/QREN (Linha de Crédito PME Investe I) e em Outubro do mesmo ano, a Linha de Crédito PME Investe II .

Em ordem à operacionalização destes instrumentos financeiros e no seguimento do convite dirigido pelo Gestor do PO Algarve ao IAPMEI e ao Turismo de Portugal, ip, enquanto entidades gestoras do SAFPRI, foi apresentado por estes 2 Organismos uma candidatura conjunta ao PO Regional, destinada a garantir o financiamento, pelo FINOVA, dos custos com

o pagamento de bonificações de taxas de juro, de comissões de garantia, bem como o reforço do Fundo Contra Garantia Mútua, referentes às Linhas de Crédito PME Investe I e II.

O investimento elegível da candidatura em causa ascendeu a 13,1 milhões de euros sendo a comparticipação comunitária 3,7 milhões de euros, a que correspondeu uma taxa de comparticipação FEDER de 27,8%.

Conforme resulta do quadro em anexo, até final de 2008 foram aprovados 111 projectos nas 2 linhas de crédito envolvendo um financiamento de 37,6 milhões de euros. Deste conjunto, 28 projectos integraram a Linha de Crédito PME Investe I, com um financiamento de 18,6 milhões de euros, a que correspondeu um valor médio por projecto da ordem dos 665 mil euros. Os restantes 82 projectos aprovados integraram a Linha de Crédito PME Investe II, envolvendo um financiamento total de 18,9 milhões de euros e a que correspondeu um valor médio por projecto de 228 mil euros.

LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE

Situação em 31/12/2008: Dados globais

(Projectos enquadrados)							Unid. Milhões de euros			
	Nº de Projectos		Valor dos Projectos		Valor Médio Oper.		Valor da Linha		% de utilização	
Linhas de Crédito PME Investe	Total	Algarve	Total	Algarve	Total	Algarve	Total	Algarve	Total	Algarve
PME Investe I + II (Operações aprovadas):										
PME Investe I	847	28	588,8	18,6	0,695	0,665	750,0	60,0	79%	31%
PME Investe II:	2.570	83	677,9	18,9	0,264	0,228	1.000,0	90,0	68%	21%
Comércio	963	25	172,0	4,7	0,179	0,188	200,0	10,0	86%	47%
Restauração	104	10	12,8	1,0	0,123	0,100	50,0	5,0	26%	20%
Outras PME Investe II	1.503	48	493,1	13,3	0,328	0,276	750,0	75,0	66%	18%
Sub - Total	3.417	111	1.266,7	37,6	0,371	0,338	1.750,0	150,0	72%	25%

Fonte: PME Investe

No âmbito da Linha de Crédito PME Investe II, a par de uma Linha de características genéricas (“Dotação geral”), foram criadas 2 Linhas de crédito específicas: uma para o Comércio e outra para a Restauração. No Algarve dos 83 projectos aprovados até ao final de 2008 neste âmbito, 48 respeitavam à Dotação geral, envolvendo um financiamento de 13,2 milhões de euros; 25 respeitavam ao Comércio, envolvendo um financiamento de 4,7 milhões de euros e os restantes

10 provinham do sector da Restauração com um valor de financiamento de perto de 1 milhão de euros.

Considerando o valor indicativo de 60 milhões de euros fixado para o Algarve para a Linha de Crédito PME Investe I e de 90 milhões para a Linha de Crédito PME Investe II e tendo presente os projectos aprovados em 2008, temos que a taxa de utilização daqueles dois instrumentos financeiros no final do ano foi respectivamente de 31% e de 21%.

3.6 – Ponto de Situação dos Grandes Projectos

Aquando da apresentação do Programa Operacional à Comissão Europeia, não foi preenchida a lista indicativa de grandes projectos por não se encontrar prevista a ocorrência dos mesmos. Caso se venha a concretizar algum projecto deste tipo, serão cumpridas as disposições legais previstas nomeadamente na Secção 2 do Capítulo II do Reg. (CE) nº 1083/2006 (Artº 39º, 40º e 41º).

3.7 – Irregularidades – Reutilização de verbas

Durante o ano 2008 não houve lugar à utilização de verbas, pela Autoridade de Gestão por não se ter registado qualquer anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional.

3.8 – Durabilidade das operações:

Não ocorreu durante o ano 2008 nenhuma situação que afectasse as condições de atribuição da comparticipação a uma operação, tal como previsto no nº2 do artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho.

3.9 - Assistência técnica

Durante o ano 2008 foi aprovada uma candidatura de Assistência Técnica, da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, enquadrada no Eixo 4 do Programa. A aprovação pela Comissão Directiva ocorreu a 8 de Setembro de 2008, pelo valor aproximado de 290 mil euros, no âmbito do Aviso de Concurso n.º 1 de 30-07-2008.

Atendendo ao facto de se tratar da primeira candidatura de Assistência Técnica do actual Quadro de Referência a decorrer em simultâneo com a candidatura de Assistência Técnica do PROAlgarve (QCA III), uma parte das despesas previstas para esta tipologia de operação não foram contempladas nesta candidatura, nomeadamente uma parte dos custos relativos ao pessoal.

Com efeito a Estrutura Técnica do QCA III, no seguimento das orientações previstas no D.L. 312/2007 de 17 de Setembro, tem assegurado o arranque e implementação do PO Algarve 21 (2007-2013) durante o seu período de elegibilidade.

As despesas iniciaram-se em Outubro de 2007 (coincidente com a nomeação do Gestor do Programa) e referem-se, nesta fase, essencialmente, aos custos com campanhas de divulgação e publicidade do programa, sessões de informação e publicitação junto dos potenciais beneficiários e aquisição de serviços para a recolha e tratamento de informação.

Relativamente à componente de recursos humanos, os custos imputados referem-se apenas a parte da equipa que constitui o Secretariado Técnico, nomeadamente os custos com o Gestor (imputado a 40%), os dois membros não executivos da Comissão Directiva e parte dos vencimentos dos Coordenadores de Unidade.

Pretende-se que os custos com a totalidade do secretariado técnico venham a ser incluídos após a transição efectiva do pessoal que, com a prorrogação da data limite de elegibilidade do QCA III, apenas será efectuada em 30/06/2009.

A 31/12/2008 a taxa de execução desta candidatura rondava os 55%.

Prevê-se para 2009 a abertura de um 2.º concurso para a aprovação das operações de Assistência Técnica referentes aos Organismos Intermédios e a Comunidade Intermunicipal do Algarve, logo que a contratualização com estas entidades seja operacionalizada.

3.10 – Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional

Às naturais dificuldades sentidas no arranque de qualquer novo período de programação, juntam-se, no caso do Algarve, condicionalismos que lhe são específicos e que decorrem, desde logo, do seu estatuto de phasing out”, entendendo-se naturalmente que, num contexto de escassez acentuada de recursos, o sucesso na aplicação da estratégia definida passa pela aplicação prática dos princípios de concentração e selectividade e pela definição cuidada dos mecanismos de operacionalização.

Neste contexto identificam-se abaixo os elementos considerados mais relevantes:

- ❖ Como sempre acontece, a sobreposição do período de execução de dois períodos de programação (QCA III e QREN) colocou dificuldades aos promotores em termos de disponibilidades financeiras, materiais e humanas. Este problema sentiu-se de forma acrescida em 2008 devido à crise financeira internacional, tendo a aceitação por parte da Comissão Europeia do adiamento para 30 de Junho de 2009 do encerramento do QCA III sido claramente positiva, já que facilitou o pleno aproveitamento dos recursos do QCA III. No entanto, este adiamento não deixou de ter consequências no arranque do novo PO regional, situação que deverá prolongar-se em 2009.
- ❖ O novo modelo regulamentar do QREN, na qual estão definidos regulamentos específicos para cada uma das áreas de intervenção dos Programas Operacionais Regionais, associado ao facto das candidaturas serem apresentadas mediante avisos de abertura de concursos, alterou significativamente os procedimentos adoptados no período de programação anterior, principalmente para os promotores públicos. Estas alterações, tendo presente que os promotores públicos não se encontravam familiarizados com os novos procedimentos, dificultaram de alguma forma, num período inicial, a apresentação das candidaturas.
- ❖ O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, e a pressão para o arranque do QREN, tornaram mais complexa a concretização da estratégia regionalmente definida, espartilhando por sectores distintos as diversas iniciativas necessárias à concretização de intervenções territoriais integradas.

- ❖ O facto de apenas no 2º semestre de 2008, ter ficado concluída a constituição do secretariado técnico do PO (Coordenadores nomeados a 31 de Julho - Despacho de transição a 2310/2008) retardou os trabalhos referentes à definição da estrutura de gestão e controlo e à implementação dos procedimentos do PO Algarve 21. A implementação das estruturas e dos sistemas de gestão apresenta dificuldades acrescidas no caso do Algarve, pela exiguidade da dotação da Assistência Técnica neste novo período de programação, associada a uma maior complexidade e diversidade dos instrumentos a implementar. Com efeito, a indexação (inferior à regulamentar) às reduzidas verbas gerais do Programa, cria dificuldades ao nível da cobertura das novas exigências financeiras relacionadas, por exemplo, com os sistemas de informação, ou com a contratação de organismos intermédios.

Por outro lado, a morosidade dos processos de contratação não tem facilitado o reforço da Estrutura Técnica relativamente a valências em falta, e à saída de elementos entretanto verificada.

4. ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

As acções de Promoção e Divulgação do PO Algarve 21 tiveram por objectivo cumprir o estabelecido no Plano de Comunicação do Programa Operacional, e as orientações e a estratégia nacional de comunicação do QREN. Em termos operacionais merecem destaque as seguintes acções desenvolvidas, centradas no reforço da divulgação do Programa e nos projectos aprovados:

a) Produção de comunicados de imprensa:

O relacionamento com a comunicação social foi alimentado com produção e difusão periódica de comunicados de imprensa e entrevistas. No total foram emitidos durante o ano de 2008, 26 comunicados que se encontram disponíveis em www.poalgarve21.qren.pt e que influenciaram a publicação de 90 notícias.



b) Gestão de conteúdos noticiosos no site.

Disponibilização de informação actualizada na Internet relativa aos regulamentos específicos, avisos de concursos, formulários, notícias e eventos. No capítulo «Projectos Aprovados», foram publicados os resultados dos concursos, com a



explicitação da lista dos beneficiários, montantes, tipologias de operação e designação das operações. O site permitiu efectuar a inscrição on line de todas as iniciativas realizadas. O número total de visitas em 2008 foi de 90 mil.

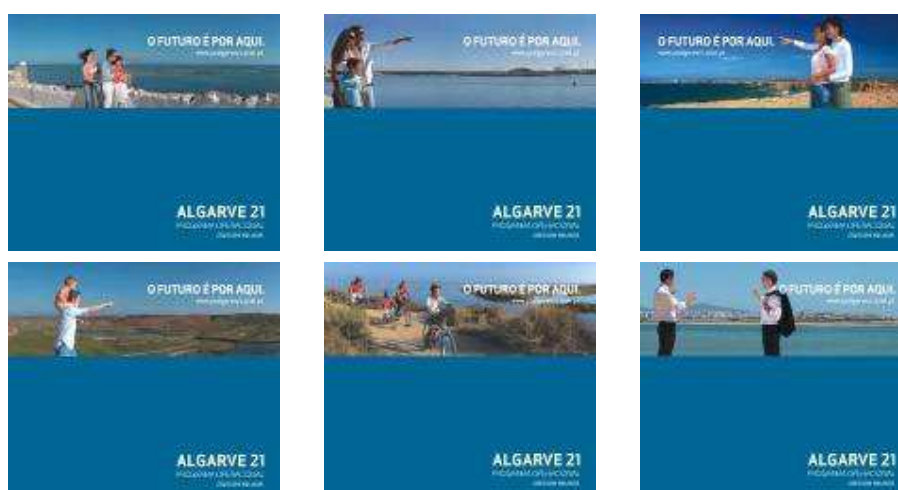
c) Reforço na visibilidade da Marca Algarve 21:

Criação do Manual de Identidade/ Regras de publicitação do logótipo do PO Algarve 21 que está associado ao slogan «Crescer Melhor ».



d) Materiais de comunicação em papel:

Foram produzidos 6 folhetos dípticos de divulgação «Algarve 21», para dar a conhecer, as linhas de força do programa, numa linguagem emocionalmente positiva. Uma versão dos folhetos encontra-se disponível no web site oficial na língua inglesa.



e) Materiais promocionais / Stand:

Foi produzido um stand modular, de imagem “forte” onde as marcas QREN e «Algarve 21» aparecem lado a lado e em grande destaque assim como a insígnia da União Europeia. O stand participou na Expomar e na Fatacil, as mais representativas Feiras regionais. Foram produzidos e difundidos na área expositiva do stand apresentações temáticas multimédia em TV plasma. Foram ainda utilizados 2 “roll ups” que funcionaram como sinalética nas traseiras da mesa dos oradores e introduziram notoriedade ao Programa nas sessões públicas e em outros eventos.



f) Organização e gestão de eventos.

Foram organizados ou apoiados, os seguintes eventos:

- **Workshop QREN** destinado a empresários co-organizado pelo «Algarve 21» e Câmara de Comércio Luso Britânica, dia 25 de Janeiro 2008 em Vilamoura.

- **Seminário QREN** “Igualdade de Género – Empregabilidade e Empreendedorismo”, dia 16 de Janeiro 2008 na Universidade do Algarve em Faro.
- **Seminário QREN** “A visão da náutica de recreio no Algarve”, dia 19 de Março na Feira Expomar em Olhão.
- **Encontros de Negócios QREN**, no dia 26 de Março co-organizado com a Associação de Empresários de Almancil.
- Reunião da **Comissão de Acompanhamento** - 8 de Abril.
- Reunião da **Comissão de Aconselhamento Estratégico** a 14 de Março



- **Hasteamento da Bandeira da EU** no Dia da Europa em Faro no edifício da autoridade de gestão e em Quarteira integrado nas Comemorações do dia 9 de Maio.





- **Seminário de Divulgação PROVERE / QREN**, dia 16 de Junho em Loulé.

- **Seminário Algarve 21 / QREN** para divulgação da 3ª fase dos Incentivos às Empresas, co-organizado pelo Algarve 21 e a rede EEN European Enterprise Network, dia 7 de Outubro em Faro.



- **Sessão técnica Algarve 21 / QREN** para divulgação de Vales I& DT e Inovação dos Incentivos às Empresas, co-organizado pelo Algarve 21 e a rede EEN European Enterprise Network, dia 13 de Outubro em Faro.



- Seminário “**Os clusters marítimos e o Desenvolvimento Regional**” integrado no Open Days com a presença de Ernani Lopes, com o apoio do PO, dia 20 de Outubro em Olhão.

- **Seminário Algarve 21 / QREN** para divulgação da 3ª fase dos Incentivos às Empresas, co-organizado pelo Algarve 21 e a rede EEN European Enterprise Network, dia 6 de Novembro em Portimão.



- **Visita da Comissária Europeia Danuta Hubner** ao Algarve. O programa incluiu uma apresentação da Estratégia Regional no Teatro de Faro e a visita a projectos financiados por fundos estruturais em Albufeira, Faro, Olhão e Tavira. Em paralelo com as Comemorações do Dia da Europa no Algarve, esta visita requereu uma cuidada preparação pelo que consideramos o segundo grande evento anual de 2008.



g) Anúncios de imprensa:

Todos os eventos foram publicitados nos 2 jornais electrónicos com maior expressão no Algarve: Barlavento e Região Sul e foram efectuadas 3 inserções de anúncios na imprensa escrita. Foram efectuadas campanhas nos momentos chave para divulgação e captação de interessados nos concursos e candidaturas.



Em suma:

Durante o ano 2008, foram realizadas 5 *sessões públicas* de apresentação do Programa com uma média de 363 *participantes* em cada. Foram realizados 11 eventos públicos relacionados/apoiados pelo PO.

Foram produzidos 6 *folhetos de divulgação* com uma tiragem total de 6000 *exemplares* e introduzidos 6 *anúncios on-line* (banners).

Realizaram-se 26 *comunicados de imprensa* e publicadas 90 *notícias* sobre o Programa Operacional.

Cerca de 90 000 *pessoas* visitaram o site.

5. COMPATIBILIDADE COM AS POLITICAS COMUNITÁRIAS

O Programa Operacional Regional do Algarve só no final de 2007 publicou os primeiros avisos de concurso relativos a diversas áreas de intervenção do Programa, tendo a análise e selecção de projectos só começado a ser efectuada em 2008.

Nesta fase não foram também identificados problemas no cumprimento da legislação comunitária aplicável, sendo apenas relevante referir as medidas já adoptadas para garantir o seu cabal respeito pelos projectos e agentes económicos a apoiar pelo Programa.

Mercados Públicos

Os regulamentos publicados para acesso às áreas de intervenção do Programa Operacional obrigam ao cumprimento dos preceitos comunitários em matéria de mercados públicos, quando se trate de entidades a que se aplicam as directivas comunitárias e a legislação nacional que as transcreve.

Nos casos em que é exigido como condição de acesso que o processo de concurso das obras esteja em fase de intenção de adjudicação – ou em que, mesmo sem essa exigência, o avanço dos projectos candidatos já tenha atingido esse fase -, é possível verificar logo “à entrada” se os pressupostos e procedimentos básicos para assegurar a transparência e o acesso em igualdade de condições de todos os potenciais concorrentes foram cumpridos. Se se verificar que o projecto candidato não obedeceu às regras em vigor nesta matéria, o projecto poderá ser logo à partida excluído.

Para além disso, mantêm-se em vigor as orientações para o secretariado técnico do Programa no sentido de verificar, em sede de pagamento da comparticipação comunitária, o cumprimento da legislação nacional e comunitária em matéria de contratação pública de obras e fornecimentos. Antes do primeiro pagamento relativo a um contrato público, a estrutura técnica verifica a documentação relevante relativa ao concurso e à adjudicação que o suporta, de acordo com “check-list” criadas para o efeito, e só concretizará a ordem de pagamento depois de obter toda a informação necessária que lhe permita concluir pelo cumprimento da legislação aplicável. Este tipo de procedimento é aliás semelhante para qualquer despesa verificada. Para a correcta implementação destes procedimentos tem contado, fortemente a experiência adquirida na

segunda metade do QCA III, bastando apenas proceder à adaptação dos instrumentos em vigor à nova legislação a publicar sobre esta matéria.

Auxílios de Estado às Empresas

No âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático POFC e dos Programas Regionais, foram criados três sistemas de incentivos: SI I&DT - Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico nas empresas, SI PME - Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de incentivos à inovação.

Os sistemas de incentivos têm os seguintes enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas.

Unid: Euros

Regime de Auxílios	Nº Auxílio de Estado	Enquadramento Comunitário	Apoios Concedidos PO Algarve21 (2007-2008)	
			Nº Proj.	Incentivo
SI I&DT SI PME (Vale Inovação)	N 780/07	Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01)	5	977.646
SI I&DT (Núcleos e Centros de I&DT) SI PME SI Inovação	XS 73/2008 X 60/2008	Regulamento (CE) Nº 800/2008 – Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC)	19	3.504.653
SI I&DT (1) SI PME (1) SI Inovação (1)	-	Regulamento (CE) Nº 1998/2006 relativo aos auxílios <i>de minimis</i>	13	381.425
SAFPRI – Linhas de Crédito PME INVESTE I e II	-	Regulamento (CE) Nº 1998/2006 relativo aos auxílios <i>de minimis</i>	73	7.360.253
SAFPRI – Capital de Risco	-	Regulamento (CE) Nº 800/2008 – RGIC	-	-

Fonte: SiPOAlgarve21

Nota (1): Refere-se a componentes de Projectos cujas despesas não são enquadráveis nos anteriores regulamentos comunitários.

A Comissão Europeia adoptou um regulamento que autoriza automaticamente uma série de medidas de auxílio, isentando os Estados-Membros da obrigação de notificação prévia dos auxílios à Comissão (exige apenas o seu envio para informação, após a sua implementação). Este novo regulamento geral de isenção por categoria (RGIC) autoriza auxílios às PME, auxílios à investigação e desenvolvimento a favor das PME, auxílios ao emprego, auxílios à formação profissional e auxílios com finalidade regional, auxílios a favor do ambiente, auxílios

à inovação, investigação e desenvolvimento para grandes empresas, auxílios sob a forma de capital de risco e auxílios a favor de novas empresas criadas por mulheres empresárias.

Apenas as despesas de I&D concedidas ao abrigo do Enquadramento Comunitários dos Auxílios Estatais à I&D&I (não incluídas no RGIC) continuam a estar sujeitas à obrigação de notificação prévia dos auxílios à Comissão Europeia.

Em relação aos regimes “*de minimis*”, a Comissão Europeia autoriza a sua aplicação desde que os mesmos sejam transparentes e que o Estado-Membro assegure o cumprimento dos limites máximos de apoio. Para este efeito, e à semelhança do que aconteceu no período de programação anterior (2000-2006), manteve-se a opção de uma base de dados nacional dos apoios. Deste modo, sempre que um apoio de minimis é concedido em sede de Comissão Directiva do PO ALGARVE21, o mesmo fica condicionado à consulta e verificação dos limites definidos no Regulamento (CE) nº 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006 (calculados em função da referida base de dados nacional).

Esta tramitação é desenvolvida pelo Programa Operacional POFC, enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A compatibilização entre os projectos financiados pelo Programa e as políticas comunitárias em matéria de ambiente, é assegurada através da participação dos serviços responsáveis (CCDR – Ambiente e ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, nos casos aplicáveis) na análise dos projectos apresentados a concurso, emitindo parecer sobre diversas candidaturas, quer da área ambiental, como é o caso das infra-estruturas do litoral, quer de outras áreas, como por exemplo, a rede viária, ficando assim salvaguardados eventuais impactes sobre o ambiente.

De referir, de qualquer modo, a participação de um representante de Organizações Não Governamentais (ONG) da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do Programa, a qual aprova os critérios de selecção de todos os regulamentos das áreas de intervenção do Programa e tem, assim, capacidade para propor ajustamentos ou soluções que permitam que os projectos a aprovar contribuam de forma mais eficaz para a salvaguarda do ambiente e para um desenvolvimento regional sustentável.

O Programa aprovou, até final de 2008, 5 projectos com incidência positiva directa em termos ambientais que ascendem a um montante de despesa pública de 9,2 milhões de euros, no âmbito da tipologia de operação “Acções de Valorização Ambiental”.

Coordenação com os outros Fundos e o Banco Europeu de Investimentos

Tal como referido no texto do Programa, face ao reduzido montante de fundos estruturais comunitários afecto à Região do Algarve há a intenção das autoridades de gestão de mobilizar recursos adicionais provenientes do Banco Europeu de Investimentos no quadro da iniciativa JESSICA. No entanto, face à prioridade dada ao lançamento de outras áreas de intervenção do Programa, não houve ainda qualquer desenvolvimento nesta matéria.

Prosseguiram, contudo, os contactos com a Direcção Regional de Agricultura do Algarve no sentido de encontrar soluções práticas de articulação entre a actuação do Programa Operacional Regional e algumas áreas do Programa de Desenvolvimento Rural financiado pelo FEADER com especial relevância para o desenvolvimento regional. É o caso, em particular, do Subprograma 3 “Dinamização das Zonas Rurais” onde as estratégias de desenvolvimento local e os grupos de acção local terão papel preponderante.

Face à limitação de verbas FEDER disponíveis no PO Algarve 21, é fundamental uma intervenção estruturante do Subprograma referido nas Áreas de Baixa Densidade da Região, que representam 2/3 do território. Uma das áreas concretas em que tem sido desenvolvido trabalho diz respeito à rede de “Centros Educativos Comunitários Multiserviços”.

Durante o ano 2008, foi acordada a listagem de projectos prioritários neste âmbito entre os serviços do Ministério da Educação e Direcção Regional de Agricultura do Algarve, encontrando-se em negociação a sua integração para apoio do PRODER. Desta forma é possível articular as intervenções do FEDER e do FEADER de modo a que este co-financie centros educativos nas zonas do interior algarvio enquanto que o FEDER, via PO Algarve 21, apoia prioritariamente os equipamentos do mesmo tipo situados nas áreas litorais/urbanas da Região.

Trata-se de uma solução que implica um esforço grande das diversas entidades envolvidas e que tem resultados lentos, mas que será prosseguida noutras áreas de intervenção conjunta dos Fundos Estruturais.

Parceria

Durante o ano de 2008, foi dado cumprimento aos preceitos nacionais e comunitários em matéria de parceria, tanto no que respeita à colaboração com as autoridades locais como com a sociedade civil.

Para além da participação dos agentes regionais mais representativos na Comissão de Acompanhamento do Programa (autarquias locais, associações empresariais e sindicais, organizações não governamentais) terem tido um papel activo na aprovação dos principais instrumentos operacionais para implementação do Programa, designadamente, regulamentos e critérios de selecção dos projectos, há que realçar a habitual estreita colaboração com a Associação de Municípios do Algarve.

Com efeito, não apenas a AMAL tem vindo a ser consultada com regularidade sobre o processo de programação e implementação do Programa, mas existe mesmo a intenção de definir um quadro de cooperação mais activa e eficaz para a gestão das tipologias de projectos com relevância para os municípios, na sequência da deliberação de 19 de Março de 2008 da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais relativa à contratualização de partes dos programas municipais com associações de municípios.

Para o efeito, durante o ano 2008 avançou a negociação com vista à preparação do processo de contratualização através da preparação do Plano de Acção, nomeadamente no que respeita à listagem de prioridades no domínio da Educação.

No final do ano, encontrava-se já consensualizada com os Municípios a listagem de projectos a apoiar pelo PO Algarve 21 nesta tipologia. O contrato de delegação de competências na AMAL não foi, no entanto, celebrado ainda durante o ano de 2008.

Não discriminação e igualdade de oportunidades

O princípio da não discriminação de género mas também de raça, religião, idade, orientação sexual ou deficiência está consagrado na legislação nacional e, tal como referido no texto do Programa, será integralmente cumprido não apenas pela tomada de medidas de discriminação positiva em favor de grupos de cidadãos com maior dificuldade potencial de acesso ao Programa como também, e sobretudo, pela eliminação de quaisquer entraves que dificultem ou impossibilitem um tratamento igual de todos os tipos de beneficiários.

Até finais de 2008 salienta-se pela sua importância uma medida positiva tomada no quadro do Sistema de Incentivos à Inovação, o regime de apoios previsivelmente de maior dotação financeira e impacto na Região: a majoração de 10 pontos percentuais do incentivo a conceder no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem.

De acordo com a regulamentação publicada, considera-se para efeito de atribuição de majoração empreendedorismo feminino, os projectos liderados por mulheres que reúnam as seguintes condições:

- a. a empreendedora detém, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- b. a empreendedora desempenha funções executivas na empresa e mantém-nas, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

A atribuição da majoração empreendedorismo jovem, por seu lado, depende do preenchimento pelo jovem empreendedor das seguintes condições:

- a. ter uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos;
- b. possuir, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- c. desempenhar funções executivas na empresa e mantê-las, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

De notar que em ambos os casos a atribuição da majoração está sujeita a parecer positivo das entidades oficiais que velam pela não discriminação destes cidadãos: a Comissão da Cidadania e da Igualdade de Género e o Instituto Português da Juventude.

Os contributos positivos do Programa para a igualdade de oportunidades resultam também de actuações de medidas materiais, através do impacto que podem vir a ter na organização da vida

dos cidadãos, como é o caso da ocupação das crianças e dos jovens, dos cuidados de saúde à população idosa e das oportunidades de dinamização de iniciativas de valorização e ocupação das mulheres em zonas deprimidas.

Nesta fase poderão destacar-se 5 projectos de Centros Escolares (inclui pré-escolar) no Eixo 3, com um montante de investimento de 9,3 milhões de euros:

No que diz respeito à consolidação das unidades de apoio social (Creche, Centro de Dia, Lar de Idosos, Lar de Apoio, etc), o apoio no âmbito do QREN será canalizado no caso do Algarve para o POPH (FSE – Apoio ao Investimento a resposta integradas de Apoio Social), em face dos reduzidos montantes FEDER atribuídos à Região.

6. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO PARA 2009

Embora o ano 2008 tenha sido verdadeiramente o ano de arranque das aprovações e execução do Programa será ainda necessário que em 2009 se complete todo o processo de implementação dos procedimentos internos de gestão e controlo.

Conforme previsto no Artº 71º do RE (CE) 1083/2006, “*os Estados Membros apresentam à Comissão uma descrição dos sistemas de gestão e controlo, que deve abranger designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos*” (...). Esta descrição que foi avaliada e validada pela Inspecção-Geral de Finanças, foi enviada (1ª versão) no caso do Algarve, em Outubro de 2008 aos serviços da Comissão Europeia. Em 2009 deverá ser reenviada e aprovada uma nova versão actualizada, obrigatoriamente antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento intermédio.

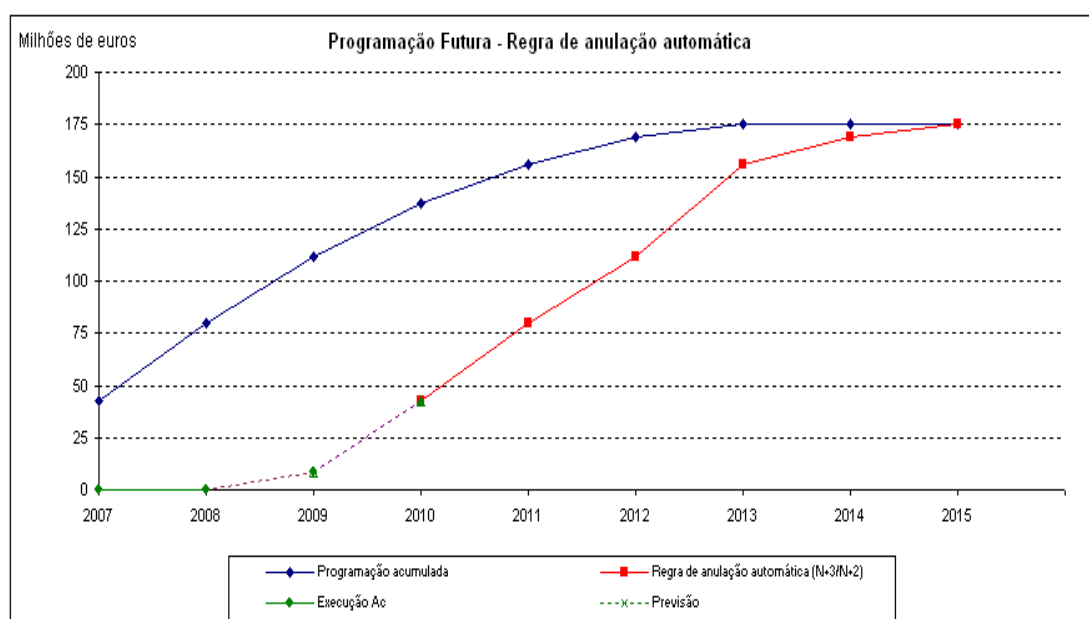
Neste sentido, é indispensável concluir a estabilização de funções e procedimentos de relacionamento externo e interno do Programa, quer com os organismos intermédios ou outros (organismos do Ministério da Economia ou AMAL), quer no âmbito das estruturas técnicas internas as quais terão naturalmente repercussões na finalização ou revisão de questões transversais como sejam o sistema de informação, o sistema de controlo, o manual de procedimentos interno e externo, ao longo do ano 2009.

Uma segunda preocupação, na linha do já referido no ponto 3.10 deste Relatório, prende-se com a necessidade de completar a **reflexão estratégica** sobre a concretização regional dos instrumentos criados, de forma a garantir uma cobertura eficaz das principais prioridades regionais, num contexto de recursos financeiros escassos.

Esta reflexão deverá partir da análise da procura evidenciada através das candidaturas apresentadas e aprovadas nos Regulamentos Específicos já activados, e chegar ao modelo de concretização das Áreas de Intervenção com maior especificidade regional, passando eventualmente por afinar instrumentos já implementados (Regulamentos Específicos). Para este trabalho será fundamental a participação activa na Avaliação a desenvolver pelo IFDR no 2º semestre de 2009 subordinada ao tema “Modo de operacionalização dos PO na prossecução das prioridades estratégicas do QREN”.

Resultante desta reflexão conjunta poderão surgir propostas de ajustamento à proposta inicial do Programa a concretizar através de Avaliação Intercalar a desenvolver no início de 2010.

Finalmente, convirá ter presente as exigências regulamentares no que respeita à **execução** nomeadamente as regras de anulação automática N+3 e N+2 em vigor neste período de programação.



O Gráfico supra, ilustra o perfil de programação acumulada, bem como o limite mínimo de execução admitido, de forma a evitar cortes devidos às regras de anulação automática. Este limite mínimo cresce significativamente de 2012 para 2013, ano em que a Regra N+3 passa a N+2.

No ano 2008, foi possível a operacionalização efectiva das aprovações do Programa, com abertura de todos os Eixos. Em 2009 estas aprovações já efectuadas, deverão começar a produzir efeitos ao nível da execução. Em face da necessidade de executar totalmente o QCA III, não deverá, ainda ser exercida grande pressão junto dos beneficiários para execução no QREN na 1ª metade de 2009. Com efeito, no caso particular do Algarve, e ao contrário dos anos seguintes, o ano 2009 será um ano exigente uma vez que, será obrigatória uma execução

(Fundos) de cerca de 30 milhões de euros no PROALGARVE (2000 – 2006), em seis meses, quando a média anual ao longo do respectivo período de programação, se situou abaixo dos 60.

Previsão de Pedidos de Pagamento para 2009 e 2010 Período de Programação 2007-2013

PO: Algarve 21

unid: euro

	Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2009		Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2010	
	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) ¹ pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da UE	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) ¹ pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da UE
Eixo 1	10.189.228	4.900.000	35.530.767	17.086.746
Eixo 2	1.000.000	520.000	7.611.744	3.958.107
Eixo 3	4.800.000	2.400.000	25.011.196	12.505.598
Eixo 4	474.357	332.050	1.510.936	1.057.655
TOTAL	16.463.585	8.152.050	69.664.643	34.608.106

(1) - Seguir o critério fixado para cada um dos eixos prioritários no quadro financeiro do Programa Operacional (eixos prioritários expressos em despesas públicas ou em custos totais)

Notas:

- os valores a fornecer devem respeitar apenas aos períodos indicados, ou seja não devem ser acumulados

O Quadro supra, relativo às Previsões de Pedidos de Pagamento Intermédios do PO Algarve 21, confirma efectivamente que o arranque da execução se inicia na 2ª metade de 2009, a qual será reforçada em 2010. O objectivo para estes dois anos será apresentar no final de 2010 uma execução global que cubra a programação prevista para 2007. Este nível de execução não será difícil de atingir, se tivermos presente que, se trata na globalidade de executar montantes inferiores aos do ano de execução mais baixa do QCA III desde 2001 (42,2 milhões de euros em 2005).

Esta execução será compatível com o cumprimento da regra N+3, bem como com as exigências de encerramento da despesa do QCA III em 2009, as quais permitirão uma maior disponibilidade aos beneficiários do PO Algarve 21 a partir do 2º semestre desse ano.

ANEXOS